



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**SÍRIA FREIRE DE PAULA**

**“Todo mundo tem que trabalhar”**: Representações Sociais de trabalho de entregadores e motoristas por aplicativo

Recife

2023

**SÍRIA FREIRE DE PAULA**

**“Todo mundo tem que trabalhar”**: Representações Sociais de trabalho de entregadores e motoristas por aplicativo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dra. Maria de Fátima de Souza Santos

Recife

2023

Catálogo na Fonte  
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

P324t Paula, Síría Freire de.  
"Todo mundo tem que trabalhar" : representações sociais de trabalho de entregadores e motoristas por aplicativo / Síría Freire de Paula. – 2023.  
99 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Maria de Fátima de Souza Santos.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2023.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Trabalho. 3. Representações sociais. 4. Aplicativos móveis - Trabalho. 5. Liberdade. 6. Segurança (Psicologia). I. Santos, Maria de Fátima de Souza (Orientadora). II. Título.

150 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2023-135)

## **SÍRIA FREIRE DE PAULA**

**“Todo mundo tem que trabalhar”**: Representações Sociais de trabalho de entregadores e motoristas por aplicativo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

**Aprovada em: 07/06/2023**

### **BANCA EXAMINADORA**

#### *Participação via Videoconferência*

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria de Fátima de Souza Santos (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

#### *Participação via Videoconferência*

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Sônia Maria Guedes Gondim (Examinadora externa)  
Universidade Federal da Bahia

#### *Participação via Videoconferência*

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Edelecia Carneiro Reino de Moraes (Examinadora Interna)  
Universidade Federal do Vale do São Francisco

## AGRADECIMENTOS

No LabInt a gente aprende que pesquisa nenhuma se faz só. Tudo que a gente escreve e tudo que a gente é tem dedo de outras pessoas. daquelas que nos formam, nos acompanham, nos inspiram, colaboram com nosso fazer. daquelas que nos distraem, ou que nos ajudam a rever nossas construções com outros olhos. Todas essas pessoas facilitam nosso caminho. Ainda bem!

Sem uma ordem específica, todo mundo que vai estar aqui tem parte em mim e, conseqüentemente, no meu fazer enquanto psicóloga e pesquisadora. Sem vocês, a vida e a pesquisa não teriam razão de ser. Mas é muita gente, então se você, por algum acaso, não está aqui, não leve para o coração. Saiba que seu cantinho no meu coração segue guardado e a amizade é a mesma ;)

Stephanie Azevedo, minha tão amada e mais confeitadeira amiga Sté... te escolher para aparecer aqui primeiro talvez fale da minha trajetória desde a entrada nesse mestrado. Teu cuidado, tua atenção, nossas risadas e todos os encontros pessoais ou virtuais são a coisa mesma que me possibilitaram, aos trancos e barrancos, entregar essa dissertação. Obrigada pela disposição de sempre, amiga, e pelo tanto que você me ensina cotidianamente! Obrigada por me mostrar que o mestrado era algo possível.

Rebeca, Isa e Lígia (e Sté também), todas as edições do Café com Surto, todas as nossas fofquinhas do bem, todos os nossos encontros me lembram que Tom Jobim sempre esteve certo e é mesmo impossível ser feliz sozinha. Obrigada por serem meus exemplos de pesquisadoras trabalhando ou de folga. E pelo tanto que temos construído e comemorado juntas. A pesquisa em psicologia precisa de vocês. Toda a minha admiração.

Mainha, Correia e Deyvson, tudo isso é por vocês. Por causa de vocês e do tanto que vocês acreditam e investem em mim. Obrigada por terem sido meu suporte. Vocês ousaram antes de mim e me fizeram entender que eu posso ocupar os lugares que eu quiser. Vocês são casa em qualquer lugar que eu tiver. Eu deveria escrever "obrigada" aqui até que não houvesse mais folha porque talvez assim eu chegasse perto do tanto que eu sou grata à Vida

por vocês. O meu caminho tá só no começo, mas desde antes de começar eu sei que vocês estiveram comigo. Sigamos!

Jorge de Paula, a sua insistência na minha educação, em facilitar meus acessos a instituições de formação de qualidade me trouxeram até aqui. Obrigada por viabilizar minha entrada na Universidade Federal de Pernambuco, porque se não fosse isso, o mestrado não seria nem uma possibilidade. Obrigada!

Tia Rosa e Reyson, obrigada por toda a torcida de sempre! Morro de orgulho de ser família de vocês e sei que muito do que sou e do que posso ser é pelo apoio que vocês sempre nos deram. Obrigada por me mostrarem o tamanho do amor que uma família pode construir para além de seu núcleo. Por todos os nossos encontros, festas risadas, comidas boas e pelo tanto que a casa de vocês é a nossa também. Amo vocês um monte.

Aos meus sogros, que parecem sempre ter sido família. Pelos abraços em forma de queijo parmesão, biscoitinhos e suco na hora do almoço. Pelo cuidado com meus filhos felinos em todas as minhas ausências. Pela torcida, pelo acolhimento, pelo cuidado, por sorrirem das minhas bobagens: muito, muito, muito obrigada!! Sem vocês eu nem sei o que seria dos meus dois últimos anos. Que sigamos fazendo graça da vida.

Gostaria, ainda, de agradecer ao CTG e extensões, nas figuras de Hegle Lacerda, Diana de Paula, Maura Pessoa, Gisele Matias, Humberto Gondim e Nuara Barreto por me aguentarem de segunda a sexta-feira, ocupando a copa de vocês com toda a minha parafernália pra estudar e contribuindo pra todo o barulho daquele lugar. Agradeço ainda, por terem me acolhido, me fazendo parte de vocês. Vocês são preciosos.

Danielle Nascimento, um dia no Vale, disse “essa menina é um fenômeno e ela ainda tá começando, Imagina o quanto ela não vai longe?” E essa frase grudou na minha mente de modo que é nesse longe que eu quero chegar. Obrigada Dani, por reconhecer um tamanho que às vezes eu duvido. Você não sabe que diferença essa descrição fez pra que eu me apropriasse das minhas possibilidades acadêmicas. Catharina tem sorte demais com a mãe que tem.

Por todas as caronas, pelo tanto que me aguentou falando desse trabalho e dos meus desejos acadêmicos futuros, por todas as risadas que me arrancou em todas as nossas noites do vinho, por ter se tornado minha amiga mais do que de Adolfo, eu agradeço a Jéssica

Nunes. A vida de uma mestranda não é só a dissertação e você sempre fez questão de me lembrar disso e não perder de vista que a academia é só uma parte do que eu sou. Obrigada, meuamô.

Não seria certo finalizar o mestrado e não agradecer a João Pacífico. Aquele que veio de onde eu vim e conquistou, antes de mim, títulos que hoje eu sonho em conquistar. João, obrigada por inserir a pós graduação nas discussões daquela Igreja. Ouvir falar em Mestrado, Doutorado e Pós Doutorado plantou uma sementinha na minha cabeça e agora eu só paro quando for doutora. Muito obrigada.

O LabInt, que me ensinou a ser a pesquisadora que eu sou. De perto ou de longe se fez presente nessa pesquisa. Obrigada a todas vocês que fazem desse laboratório, casa. Nomeadamente, agradeço a Edclecia Morais e Lassana Danfá por serem inspiração desde o meu primeiro dia naquela salinha. O trabalho de vocês e o cuidado que vocês têm nas relações conosco conferem leveza ao que a gente precisa fazer cotidianamente.

Chegando no LabInt, agradeço a Renata Aléssio. Ô, Renata, o tanto que eu te admiro desde aquele longínquo quarto período!! O tanto que eu tenho que te agradecer por ter me recebido no LabInt e por ter mediado o meu encontro com Fátima! Aprender a fazer pesquisa com vocês me trouxe até aqui e me dá o gás pra continuar seguindo. Obrigada por dividir os sorrisos, os abraços e o brilho no olhar de quem reconhece a importância e a beleza do que faz. Obrigada também por nos apresentar Filipe Aléssio - a quem também agradeço. Filipe foi a única pessoa que conseguiu fazer eu entender o Zotero e eu me tornei uma discípula dele pregando a palavra do zotero por onde eu vou. Uma grande mão na roda. Obrigada, Filipe. Fora que vocês são os melhores pais que Samuel e meu amigo Tobias poderiam ter. Eita bichinhos sortudos!!

Luísa Rique, mutíssimo obrigada por me acolher sempre nos meus desesperos e, mais ainda, por se desesperar junto comigo. Obrigada por dividir a orientadora e as orientações e por me mostrar que, mesmo feito à distância, o mestrado pode render boas relações. Você é inspiradora, amiga.

Werik Lima, antes de agradecer eu vou pedir desculpas por todo o aporreio que te fiz passar ao longo desses dois anos. Obrigada por resolver todas as nossas broncas burocráticas

e por estar sempre disponível, mesmo quando os prazos são apertados e eu te encho de emails. A coordenação dessa pós graduação não seria a mesma sem você.

Às membras da minha banca: muitíssimo obrigada!!! A leitura atenta de vocês, o cuidado com esta pesquisa e com a pesquisadora foram fundamentais, desde a qualificação, para o olhar que demos aos resultados encontrados. É uma honra submeter esta pesquisa à aprovação de vocês. Obrigada pela dedicação de vocês à ciência, antes de tudo!

Aos trabalhadores que dividiram comigo suas histórias, seus percalços, seus sonhos e seu item mais precioso, que é o tempo, meu muito obrigada! Ouvi-los me inquieta ainda mais para lutar por relações trabalhistas justas e condições de trabalho adequadas para que possamos realmente nos realizar através do que fazemos.

De maneira especial, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da Bolsa que, por muito tempo, foi a minha única fonte de renda, para que eu pudesse me dedicar ao desenvolvimento da pesquisa de mestrado. Que possamos lutar cada vez mais para fortalecer as instituições de apoio ao desenvolvimento científico no Brasil para que, desta forma, a ciência brasileira seja fortalecida e valorizada.

Ao amor da minha vida, que faz tudo ser mais leve, que faz os dias terem cor, que constrói uma vida muito doida do meu lado, que me arranca todos os sorrisos, que varre a casa todos os dias só porque eu detesto varrer casa, que me perturba cotidianamente com discussões científicas profundas antes das oito da manhã e que é a razão pela qual a Universidade Federal de Pernambuco entrou na minha vida e a carreira acadêmica se tornou uma possibilidade, muito obrigada! Todas as palavras que expressem gratidão não seriam suficientes pra dizer o quanto eu te devo tudo isso, Adolfo. Todas as palavras que expressem o amor não seriam suficientes pra te dizer o quanto eu sou louca por tu. Todas as palavras que expressem a felicidade não seriam suficientes pra dizer o quanto a nossa loucura tem sido, para mim, motivo de alegria ao longo desses dez anos. Obrigada por todas as vezes que tu insistiu para que eu tomasse vergonha na cara e fosse escrever. Pelas leituras, pelas discordâncias, pelos apontamentos tão ricos, muito obrigada, meu amor! Que sigamos juntos por todas as existências possíveis. Eu amo tu, tatu.

À espiritualidade amiga, que me inspira, me acompanha e me orienta, obrigada pela companhia sempre leve e feliz. Ao Grande, obrigada por tamanha arquitetura a que chamamos de vida, e pela oportunidade de tentar mais uma vez. Tua bondade e tua justiça nunca nos abandona. Ainda bem!

A Fátima Santos:

Talvez você não saiba do presente que foi pra mim, desde 2018. Lá, eu tinha certeza que a pesquisa não era muito o meu lugar, de que era um mundo muito distante. Não estávamos nem trabalhando juntas, ainda, mas em uma participação na disciplina de Renata, lhe fiz uma pergunta: “é possível estudar este fenômeno através da TRS?”. Talvez em outras palavras eu tivesse perguntando se minhas curiosidades, tão pessoais, poderiam se tornar questões de pesquisa.

Quando, em 2019, Renata nos apresentou oficialmente para o início do PIBIC, um mundo inteiro se descortinou à minha frente e eu descobri na prática que há lugar para os questionamentos, para a ousadia. Que nossas curiosidades precisam ser respeitadas. E que, nesse caminho, de tratar nossas perguntas com respeito, se faz um compromisso com a ciência, com a ética e com o respeito aos outros.

Minha chegada no Mestrado foi recebida com um carinho tão grande! E toda a minha trajetória, nesses dois últimos anos, tem sido regada a muitos abraços virtuais e pessoais, muitos carinhos e muitas confirmações. E quando a gente é confirmada naquilo que a gente é, a gente ganha segurança pra andar mais um pouquinho. Sinto que saio do mestrado voando! E muito bem acompanhada.

Além de tudo, você me ensinou que pesquisa se faz sorrindo. Apesar dos pesares. E isso, pra mim, é o principal.

Obrigada por retornar ao mundo do trabalho comigo, Fátima. Obrigada pelas leituras, pelas correções, por toda a disponibilidade todos os dias, em todos os horários. Obrigada pelo incentivo pra que eu me tornasse uma pesquisadora melhor. A construção desse trabalho é nossa.

Obrigada por nos ensinar muito mais do que pesquisar. Obrigada por nos incentivar a questionar objetos e estruturas. Sorte do campo científico em Psicologia pelas suas contribuições.

*A amizade*

*Nem mesmo a força do tempo irá destruir*

*Somos verdade*

*Nem mesmo este samba de amor pode nos resumir*

*Quero chorar o seu choro*

*Quero sorrir seu sorriso*

*Valeu por você existir, amigo*

***A amizade – Fundo de Quintal***

## RESUMO

O trabalho é um marcador no desenvolvimento humano, enraizando-se nas comunicações sociais e ocupando espaço no estabelecimento de relações grupais e para a compreensão de si no mundo. Dado o crescimento da informalidade no país e o surgimento dos aplicativos como solução de garantia de renda em um cenário de crise, os trabalhadores por aplicativo aparecem como um grupo relevante para a discussão dos significados de trabalho em uma sociedade que se organiza também através dele. Entendendo que o trabalho por aplicativo é entremeado pelas teorias acerca do trabalho das quais se parte, a Teoria das Representações Sociais oferece um panorama que ajuda a responder a seguinte questão: quais representações sociais são mobilizadas no cotidiano laboral dos trabalhadores por aplicativo? Deste modo, constituiu-se como objetivo deste trabalho identificar o campo representacional das Representações Sociais de Trabalho que circulam entre os trabalhadores de aplicativo de entrega e/ou transporte e verificar os argumentos que justificam as práticas adotadas pelos trabalhadores por aplicativo em seu cotidiano de trabalho. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dez trabalhadores por aplicativo, sendo cinco motoristas e cinco entregadores, maiores de 18 anos. A análise das entrevistas foi realizada com o auxílio do software IRAMUTEQ em que se efetuou uma Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Os resultados desta pesquisa apontam que o trabalho tem a capacidade de conferir dignidade ao sujeito e de posicioná-lo no contexto social, retirando-o da marginalidade e tem, ainda, a condição de formador de caráter. Os trabalhadores associam o significado do trabalho às relações formais de emprego e reconhecem a carteira assinada como instrumento de garantia de segurança em uma relação trabalhista. Compreende-se que as representações sociais sobre o trabalho são construídas em articulação com outros objetos, de modo que esta pesquisa aponta para a necessidade de aprofundamento dos estudos dos Sistemas de Representações Sociais.

Palavras-chave: trabalho; representações sociais; trabalho por aplicativo; liberdade; segurança.

## **ABSTRACT**

Work is a marker in human development, rooted in social communications and occupying space in the establishment of group relationships and for understanding oneself in the world. Given the growth of informality in the country and the emergence of apps as an income guarantee solution in a crisis scenario, app workers appear as a relevant group for the discussion of the meanings of work in a society that is also organized through it. Understanding that work by application is interspersed with theories about the work from which it is based, the Theory of Social Representations offers an overview that helps to answer the following question: which social representations are mobilized in the daily work of workers by application? Thus, the objective of this work was to identify the representational field of the Social Representations of Work that circulate among delivery and/or transport application workers and to verify the arguments that justify the practices adopted by application workers in their daily work. . Semi-structured interviews were conducted with ten workers per application, five drivers and five couriers, over 18 years old. The analysis of the interviews was carried out with the aid of the IRAMUTEQ software in which a Descending Hierarchical Classification (CHD) was carried out. The results of this research point out that work has the ability to confer dignity on the subject and position him in the social context, removing him from marginality and also has the condition of character builder. Workers associate the meaning of work with formal employment relationships and recognize the formal employment contract as an instrument to guarantee security in a labor relationship. It is understood that social representations about work are constructed in conjunction with other objects, so this research points to the need for further studies of Social Representation Systems.

**Keywords:** work; social representations; work by application; freedom; security.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>26</b>
2.1	TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	26
<b>2.1.1</b>	<b>Sistemas de Representações Sociais</b>	<b>33</b>
2.2	TRS E IDENTIDADE SOCIAL	36
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>41</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>42</b>
4.1	O CONTEXTO	42
4.2	PARTICIPANTES	43
4.3	INSTRUMENTOS	45
4.4	PROCEDIMENTOS	47
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E ANÁLISES</b>	<b>50</b>
5.1	O TRABALHO NA PERSPECTIVA DOS TRABALHADORES POR APLICATIVO	50
5.2	OS SISTEMAS DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO TRABALHO	62
<b>5.2.1</b>	<b>Trabalho e Liberdade</b>	<b>64</b>
<b>5.2.2</b>	<b>Trabalho e Dignidade</b>	<b>68</b>
<b>5.2.3</b>	<b>Trabalho, Estudo e Ascensão Social</b>	<b>71</b>
<b>5.2.4</b>	<b>Trabalho e Política</b>	<b>74</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>78</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>87</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta é uma pesquisa que surge e se desenvolve inteiramente de maneira coletiva, compartilhada com pesquisadoras e participantes que se tornaram referência e inspiração para tornar o fazer científico acessível e refletor da nossa realidade. Esta pesquisa, como outras, fala de sua autora e das partes que o chamado “mundo do trabalho” ocupam no decorrer da vida adulta. Ela surge do incômodo geral da pesquisadora com o cenário político, econômico e social do país que, no período de 2019 a 2022, deixou um rastro de pobreza, fome e condições sub-humanas de desenvolvimento social, refletido, inclusive, nos índices de desemprego e na qualidade dos vínculos trabalhistas estabelecidos em um ideal de igualdade de poder entre empregadores e trabalhadores que, na realidade, inexistem.

Do lugar do incômodo e na tentativa de contribuir com as discussões sobre o papel que o trabalho ocupa no desenvolvimento das pessoas no Brasil, é que se parte aqui. É a partir daí que nos lançamos a pensar: o que é mesmo este trabalho do qual falamos? Uma vez que as regulamentações de trabalho e as relações estabelecidas no campo prático passam por modificações ao longo do tempo, na mesma medida em que as organizações sociais também sofrem alterações (MORIN, 2001), importa definir de onde partimos para delimitar o caminho que percorremos com esta pesquisa.

O mundo do trabalho tem sido marcado, ao longo do tempo, por crises de reestruturação. Desde a década de 1970, as configurações de trabalho vêm passando por diversas transformações e os modos de produção capitalistas têm se reinventado (COMAS-NAZARIO, 2021) de modo que hoje alcançam possibilidade de flexibilidade e de consequente precarização dos postos de trabalho e dos modos de vida dos trabalhadores (LEITE, 2019) que se expõem cada vez mais a situações hostis para garantir seus modos de existência. Pensar o mundo do trabalho, desta forma, nos convida a olhar também para todo o contexto que o envolve. Uma vez que compreendemos que o mercado de trabalho e as relações trabalhistas configuram-se, antes de tudo, como relações sociais, observar e questionar o contexto social e político em que se desenvolvem, nos ajuda a olhar mais

criticamente as relações trabalhistas, os modos como elas se estabelecem e o lugar que elas ocupam nas vidas das pessoas.

“Trabalho”, de acordo com os dicionários da língua portuguesa, traduz a noção de um conjunto de atividades profissionais, sejam produtivas ou de criação, que pessoas adultas exercem, mediante contrapartida financeira, para atingir um determinado fim. Porém, se no cotidiano social o trabalho tem seus significados bem delimitados, na literatura científica é possível perceber que ele ganha outro aspecto de sentido: o de garantia de sobrevivência psicológica, meio importante de inserção social e construção de projetos de vida (MAIA; MANCEBO, 2010). O trabalho é, ainda, uma atividade consciente e deliberada, com o propósito de criar utilidades que possibilitem a satisfação das necessidades humanas, sejam elas relativas à sobrevivência ou sociais, portanto, exclusivamente humana (LAZZARESCHI, 2009).

Por configurar-se como um tema e uma prática bem estabelecida na vida cotidiana de sujeitos adultos e por ter ganhado uma amplitude considerável de significados no contexto social, torna-se difícil encontrar na literatura uma definição clara e específica do que seria o trabalho nas sociedades ocidentais. Ainda assim, apesar de configurar um atributo central na vida humana (ENRIQUEZ, 2014), especialmente no que diz respeito à socialização na vida adulta, de acordo com Albornoz (2017) o trabalho é considerado um meio de realização pessoal, um feito que garante àquele que o realiza o reconhecimento social de que precisa para se posicionar no mundo. O exercício do trabalho, portanto, contribui para o estabelecimento de relações grupais e para a compreensão de si no mundo e ainda determina as possibilidades de acesso aos mais diversos equipamentos sociais.

De acordo com Bendassolli e Gondim (2014), o significado de trabalho é uma construção histórica, social e temporal que orienta os processos de socialização. Trabalho é “entendido como uma atividade orientada, ao mesmo tempo para o sujeito, para os outros e para o objeto da atividade, resultando em uma transformação de si, dos outros e do mundo”. Seu significado é a expressão de processos dinâmicos e pessoais, associados à produção de sentidos que dependem das interações sociais em determinada realidade. Os autores

defendem, ainda, que o trabalho tem a função psicológica de integrar todas as esferas do espaço de vida das pessoas tornando-se, por isso mesmo, central na constituição dos sujeitos. Assim, a função psicológica do trabalho se apresenta como mediadora da construção dos sentidos para os trabalhadores e dos significados sociais que este trabalho adquire.

Com o advento do sistema capitalista e a separação social entre quem possui meios de produção e quem não os possui, a atividade de trabalho passou a ser desenvolvida, na grande maioria das vezes, em uma relação de emprego. E, ainda que ambas as palavras - trabalho e emprego - sejam utilizadas como sinônimos, os dois fenômenos não dizem do mesmo fato. O trabalho, enquanto uma característica inerente ao modo de vida humano, enquanto uma necessidade criativa do homem, se diferencia do emprego na medida em que este configura “uma relação contratual de trabalho entre o proprietário e o não-proprietário dos meios de produção e renda, pela qual se estabelecem as condições de compra e venda da força de trabalho (...) em troca de uma remuneração” (LAZZARESCHI, 2009 p. 9).

Na tentativa de regulamentar e respaldar juridicamente as relações contratuais de trabalho, individuais ou coletivas (BRASIL, 1943), no ano de 1943 a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) surge como um instrumento importante para garantia de direitos básicos aos trabalhadores do campo e da cidade, de modo a preservar as condições saudáveis de exercício do trabalho para todos os cidadãos. Um instrumento que volta os olhos para a relação de emprego, muito mais do que para as práticas de trabalho e que responde ao processo de organização pelo qual passava a sociedade, reafirmando o caráter indissociável do trabalho nos modos de vida ocidentais.

Criada a partir das lutas dos movimentos sociais (LAZZARESCHI, 2009) e considerada, à época de sua instituição, como um código visionário e de vanguarda, a CLT insere de forma definitiva os direitos trabalhistas no ordenamento jurídico do país. A CLT garante, ainda, proteção aos direitos humanos conforme postulados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948) em seus artigos 23 e 24 em que se garante o direito à escolha do emprego, às condições justas de trabalho, à remuneração, à proteção social, ao repouso e ao lazer e às férias remuneradas. Desta forma, a CLT normatiza o exercício do

trabalho delimitando, na vida das pessoas, o tempo destinado a ele e a possibilidade de inserções sociais outras que ocupem lugar no desenvolvimento e no posicionamento social.

De acordo com Pochmann (2019) a implementação da CLT foi fundamental para o regime assalariado no país, especialmente através do emprego formal, caracterizado pela assinatura de um contrato de trabalho, ou pela “carteira assinada”. Porém, apesar de suas tantas garantias e formas de proteção, a CLT nunca chegou a regular todas as relações de trabalho no Brasil (KREIN, 2018). A partir das crises estruturais e suas consequências, desde 2008, deu-se início a “um vasto processo de reestruturação produtiva” (ANTUNES, 2020) em que os trabalhos informais têm ganhado protagonismo dada a elevação do índice de desemprego/desocupação no país que chegava a atingir cerca de 11% da população brasileira (IBGE, 2022).

Para Antunes (2001, p. 35), “o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível têm acarretado um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza”. Percebe-se, neste sentido, que o neoliberalismo ultrapassa a característica de política econômica e se enraíza nas relações sociais e em todas as esferas da vida enquanto uma lógica que produz trabalhos precários e inseguros que, por sua vez, produzem “trabalhadores precarizados e modos de vida pautados pela precariedade” (LEITE, 2019, p. 108).

Com o auxílio da tecnologia, o trabalho informal adquire novas configurações e começa a compor o cotidiano dos sujeitos de forma integral. As jornadas diárias se confundem com o tempo livre destinado a outras atividades e institui-se o que Antunes (2020) chama de “zero hour contract” em que os sujeitos trabalhadores ficam disponíveis de maneira integral para o trabalho sem nenhum tipo de contrapartida que lhes ofereça segurança. Neste contexto, a configuração do trabalho o faz ultrapassar os limites anteriormente estabelecidos entre a vida pessoal dos sujeitos e o exercício de sua atividade.

A crescente onda neoliberal no cenário econômico do país nos últimos 20 anos (BRANDÃO, 2017) contribuiu para que se colocasse em pauta no Congresso Nacional uma

nova forma de regulamentação das relações trabalhistas. Composta pela lei 13.467/2017 e outras, a Reforma Trabalhista altera cerca de 200 pontos da CLT e traz à pauta uma mudança significativa nos padrões de regulação do trabalho, em que se promete facilitação de contratação e de negociação patrão-empregado, acarretando em menores índices de desemprego e melhores condições de trabalho, mas entrega tendência à desconstrução de direitos trabalhistas básicos e das políticas de proteção social (KREIN, 2018). Segundo Pochmann (2019), ainda, a Reforma tem facilitado um deslocamento das relações de trabalho de um cenário de emprego assalariado formal para um mercado majoritariamente informal e de ocupações por conta própria.

Na esteira das possibilidades oferecidas pela Reforma Trabalhista, as empresas de entrega de produtos e de transporte de passageiros por aplicativo lançam mão de estratégias de contratação em que os trabalhadores se tornam pessoas jurídicas prestadoras de serviço, configurando o fenômeno da “pejotização”. Este é um fenômeno que tem ganhado espaço nas relações trabalhistas uma vez que a própria Reforma Trabalhista, através da lei 13.467/2017, tem facilitado a adoção de estratégias que liberem os empregadores dos encargos trabalhistas e sociais (SILVA, RAVNJAK, 2020).

A ideia, então, é afastar o vínculo empregatício e as responsabilidades do empregador de possíveis análises jurídicas, dificultando, inclusive, o acesso do trabalhador à justiça do trabalho, por exemplo. Na medida em que a relação de trabalho se dá entre duas entidades de pessoa jurídica, a pejotização afeta também a garantia de direitos básicos ao trabalhador como a aposentadoria e as férias remuneradas. A adoção de estratégias como esta tem o objetivo de estabelecer as empresas-aplicativo no mercado como uma solução para a empregabilidade (KREIN, 2018), ainda que configure um mercado precarizado e inseguro para a garantia dos direitos dos trabalhadores.

A precarização não é um fenômeno que diz respeito unicamente ao processo de trabalho através do aplicativo. Pelo contrário, data de meados da década de 1970 e se estende por diversas modalidades de trabalho na medida em que afeta a qualidade das relações de emprego. De acordo com Pialarissi (2017), a precarização do trabalho se caracteriza pela

falta de regulamentação de relações de emprego e pelo desmonte aos direitos outrora garantidos aos trabalhadores facilitando, assim, que as relações se fundem através da legalização dos contratos temporários e intermitentes e pela informalização do trabalho.

A precarização facilita, ainda, que os vínculos empregatícios sejam rompidos ou descentralizados e que as condições de realização do trabalho sejam sucateadas. Esta prática abre espaço para que direitos trabalhistas sejam revistos, modificados, não garantidos. Abre espaço para que os trabalhadores dediquem ainda mais tempo ao exercício do seu trabalho, em troca de uma remuneração que vale cada vez menos, sendo constantemente ameaçados à situação de desemprego (PIALARISSI, 2017), já que, em meio a redução de ofertas de emprego, esta é uma estratégia que, por ameaçar a segurança e a sobrevivência do trabalhador, o mantém disponível às condições impostas pelo empregador.

A precarização da relação trabalhista cria, ainda, uma “necessidade” de expandir os modos de trabalho informais e terceirizados (ANTUNES, 1999) e, do modo como é operada pelas empresas-aplicativo, tem impacto significativo na motivação e na disponibilidade para o trabalho (MORAES; OLIVEIRA; ACCORSI, 2019), na saúde física e mental do trabalhador, na Qualidade de Vida no Trabalho e, de acordo com Krein (2018), constitui grande problema para a construção da identidade coletiva dos trabalhadores.

Por mais que as empresas-aplicativo e a Reforma Trabalhista de 2017 tenham trazido à discussão os aspectos precários de organização do trabalho a que as pessoas têm sido submetidas, o fenômeno da precarização do trabalho não é novo. De acordo com Leite (2019), a precariedade nos modos de trabalho é a forma mesma de manutenção das estruturas capitalistas desde que percebeu-se que a distribuição de renda com o trabalhador era incompatível com a acumulação de capital por parte de alguns. Segundo Antunes (1999, p. 57), a precarização do trabalho e das relações de emprego surge com a ideia de que o trabalhador deve colocar “a sua subjetividade e o seu saber à serviço do projeto da empresa e do capital” funcionando como um modo de tornar o espaço privado dos sujeitos uma extensão do que é espaço público.

Para além das questões contratuais, a precarização pode encontrar outras formas de se estabelecer no contexto do trabalho. A superexploração do trabalhador, como um exemplo de outras formas de precarização, aparece como um mecanismo que reduz a qualidade e o tempo de vida real do trabalhador, que delimita suas possibilidades de projetos de vida e que viola o valor do trabalho socialmente necessário (MOTA, 2013), contribuindo com a exposição dos trabalhadores a condições inseguras de trabalho. De acordo com a autora, a superexploração vem sendo tratada como uma condição do trabalhador por conta própria e como uma expressão do empreendedorismo de si mesmo que desresponsabiliza o empresariado e coloca o trabalhador como único responsável pelas condições de segurança nas quais deve exercer seu trabalho.

Apesar das diversas vias de configuração e regulamentação, o aspecto social do trabalho se mantém e torna-se o motivo mesmo de sua permanência ao longo dos tempos. Instância privilegiada de socialização e marcador social do desenvolvimento (BRANDÃO; SARAIVA; MATOS, 2012), “trabalho” é tema corriqueiro e central em nossas comunicações sejam elas pessoais ou coletivas através dos veículos de imprensa. Inserido em nosso cotidiano e passível de assumir diversos significados na tessitura social, o trabalho adquire relevância especialmente para os grupos de trabalhadores. Desta forma percebe-se que os significados atribuídos ao trabalho como um todo podem orientar condutas, justificar posicionamentos adotados pelos sujeitos ou delimitar especificidades grupais, o que tem efeitos diretos tanto na constituição social de grupos quanto nas práticas sociais no cotidiano no trabalho.

No caso dos trabalhadores por aplicativo, grupo que tem ganhado cada vez mais espaço na dinâmica social dada a homologação da Reforma Trabalhista de 2017, e com a crescente informalidade nas relações de trabalho que exige novas práticas, pode-se supor que novas representações sociais de trabalho serão construídas. Portanto, questiona-se nesta pesquisa quais representações sociais orientam as práticas cotidianas dos trabalhadores por aplicativo? Entendendo que independente da motivação, a decisão pelo trabalho por aplicativo é entremeada pelas pertencas sociais e também pelas teorias acerca do trabalho a

partir da qual o sujeito se coloca nas suas relações sociais, importa especificar o contexto de trabalho que tem ganhado notoriedade ao longo dos anos e que difere dos cenários formais que garantam condições saudáveis de desenvolvimento do sujeito a partir da garantia de direitos fundamentais do trabalhador.

A Reforma Trabalhista de 2017 trouxe modificações consideráveis para a regulamentação das relações trabalhistas no país, que se superpõem às práticas regulamentadas pela CLT. A homologação desta reforma se deu em um contexto de crescente índice de desemprego e uma conseqüente necessidade de encontrar meios de manter a subsistência, especialmente para as parcelas mais pobres da população. O fenômeno do desemprego e o movimento de busca por meios alternativos de sobrevivência foram intensificados pela ocorrência da pandemia de COVID 19 que, dada a gestão do país no período de 2018 a 2022, acabou por afetar ainda mais a oferta de empregos formais e as possibilidades de execução do trabalho. Neste sentido, o trabalho através do aplicativo aparece como uma solução para o proferimento de renda (CASTILHO, 2020) na medida em que se estabeleceu como um serviço essencial e a procura por este tipo de meio de consumo aumentou em decorrência do isolamento que se fez necessário para a prevenção da contaminação pelo COVID.

Cabe ainda compreender que, além da Reforma, a ascensão das TIC e das plataformas digitais e a própria configuração do trabalho por aplicativo também representam uma modificação na forma conhecida do trabalho humano, “ensejando uma alteração na percepção e na caracterização dos elementos constitutivos da relação de emprego” (CASTILHO, 2020). O trabalho por meio do aplicativo consiste na disponibilização integral de mão-de-obra para a empresa dona do aplicativo através de plataforma digital que viabiliza a prestação de serviço de um trabalhador para um usuário contratante. Principalmente, o que diferencia este de um vínculo formal é o conceito de “trabalhador just in time”, caracterizado pela realização do trabalho sob a demanda ao aplicativo e a remuneração exclusiva pelo tempo despendido na realização de uma tarefa específica (LAPA, 2021) fazendo, assim, com que o trabalhador seja, de certa forma, penalizado pelas

horas de desconexão, levando-o, por consequência, a ultrapassar os limites legais estabelecidos de jornadas diárias de trabalho em nome da garantia de uma renda contabilizada por serviço realizado ainda que a disposição do tempo seja contínua.

Conforme empreendida pelas empresas-aplicativo, a precarização do trabalho e dos trabalhadores pode trazer modificações significativas nas formas de pensar o trabalho. Assim, esta pesquisa se ocupa de questionar o impacto dessas formas de precarização nos modos de pensar o trabalho, partindo do ponto de vista do trabalhador e, em especial, o trabalhador mais afetado pelo exercício de um trabalho informal e inseguro: o trabalhador por aplicativo. Tendo em vista que o pensamento social compartilhado constrói e é construído pela realidade vivida, a partir das inserções sociais das pessoas, a Teoria das Representações Sociais surge como aporte teórico relevante e justificado para a análise do problema.

Moscovici (1961/2012) aponta para a necessidade de estudar a construção das teorias de senso comum em situações de mudanças nos cenários sociais. Assim é que importa questionar: as mudanças que vêm ocorrendo no país, no cenário social e na regulamentação do trabalho, trouxeram consigo novas formas de pensar o trabalho? Em uma sociedade que vê a “carteira assinada” como conferente de dignidade, como se compreende um trabalho realizado a partir da constituição de si enquanto pessoa jurídica? Parece ser necessário, então, voltar os olhos da ciência a uma parcela de trabalhadores que, sem vínculo formal estabelecido, cresce exponencialmente sem nenhuma garantia de proteção dos direitos trabalhistas fundamentais: os trabalhadores por aplicativo. Em especial os sujeitos que exercem seu trabalho através de plataformas de entrega ou de transporte de passageiros que, atravessados pelo abandono do Estado e pela lógica neoliberal de incentivo ao “empreendedorismo”, acabam custeando todas as despesas relativas à execução do seu trabalho (ANTUNES, 2020) e submetendo-se a baixas remunerações e pouca (ou nenhuma) segurança real e/ou simbólica no seu cotidiano laboral.

O trabalho e o trabalhador já têm se mostrado como um tema de interesse da psicologia social no Brasil desde a década de 1980, mobilizando pesquisadores do país no

sentido de tornar a Psicologia Social do Trabalho uma área específica de estudo (SATO; COUTINHO; BERNARDO, 2017). Outros estudos já começaram a discutir os processos do que se chama “uberização do trabalho” do ponto de vista das mais variadas ciências (DUTRA; COUTINHO, 2020; MOREIRA, 2020; AMORIM; MODA, 2020; SUDA; MOTA, 2022; CARVALHO; FREITAS; AKERMAN, 2021; SILVA et. al., 2022, ABÍLIO, 2019): do direito à tecnologia, da sociologia às ciências da saúde e à administração, todas as áreas apresentam contribuições às formas de pensar um mesmo fenômeno. Entretanto, à Psicologia tem cabido majoritariamente fazer relações entre o trabalho e os aspectos de saúde física e mental que, importantes em sua própria dimensão, não abarcam os traços sociais da execução de um trabalho precarizado que demanda disponibilidade completa dos sujeitos sem nenhum tipo de contrapartida que os ofereça a garantia de um trabalho duradouro e estável (ANTUNES, 2020).

Em um ensaio teórico, Oliveira (2020) parte da noção de polimorfia do trabalho e do referencial da psicologia social do trabalho para argumentar que a pandemia de COVID 19 aprofundou a uberização do trabalho e que este aprofundamento trouxe impactos significativos para a saúde do trabalhador. Para a autora, a exacerbação do controle do trabalho conforme exercido através da uberização tem parte relevante no adoecimento dos trabalhadores e é um ponto a ser repensado. De forma semelhante, Aquino, Pilate e Félix (2020) se utilizam de um método dedutivo, através de revisão e análise qualitativa de bibliografia para investigar quais as relações que se pode estabelecer entre o exercício de um trabalho uberizado/precarizado e os riscos à saúde do trabalhador. Os autores apontam para a incapacidade do liberalismo econômico em responder de maneira satisfatória em situações de emergência e calamidade pública que se traduz em exposição excessiva dos trabalhadores a riscos e vulnerabilidades sanitárias e a falta de proteção social.

No sentido de compreender as condições de qualidade de vida dos motoristas por aplicativo, Lopes (2017) realizou doze entrevistas semiestruturadas com participantes de ambos os sexos e das mais variadas idades. A autora conclui que aspectos como a falta de direitos, a instabilidade, a falta de segurança e o nível de esforço necessário sem retorno garantido comprometem a qualidade de vida dos motoristas. Rodrigues e Albarello (2019),

ao buscar analisar as contradições existentes entre o trabalho prescrito e o trabalho real de motoristas por aplicativo, realizaram duas entrevistas com pessoas que tinham o aplicativo como única fonte de renda. As autoras concluíram que os trabalhadores precisam criar estratégias cotidianas para lidar com a diferença que existe entre a realidade com que se deparam e o ideal de trabalho ao qual são atraídos. Os resultados desta pesquisa apontam, ainda, para os riscos à saúde a que estão expostos dadas as condições do trabalho que exercem.

Castro (2021), por sua vez, volta o olhar aos entregadores por aplicativo e busca demonstrar que a pandemia de COVID 19 intensificou a precarização do trabalho e trouxe impactos para estes trabalhadores. Para o autor a novidade e as antigas questões do mundo do trabalho, processos novos e antigos se misturam e dão o tom de uma forma de trabalho que tem sido posta em curso: a uberização das relações trabalhistas. Com o objetivo de dimensionar os modos como as subjetividades de motoristas por aplicativo são mobilizadas em relação ao seu trabalho, Costa (2019) buscou discutir as significações atribuídas pelos motoristas a aspectos como autonomia, flexibilidade e processos de tomada de decisão no trabalho. Para isso, utilizou da entrevista semiestruturada e do referencial da Psicodinâmica do Trabalho de Christophe Dejours para discutir os “pesos” atribuídos a cada um destes aspectos pelos participantes.

Em rápida busca na plataforma Google Acadêmico ([scholar.google.com](https://scholar.google.com)) com os descritores “representação social e trabalho”, “representações sociais e trabalho por aplicativo” e “representações sociais e uberização” foram encontradas diversas produções tanto no âmbito da psicologia, quanto no âmbito da educação, porém nenhum destes trabalhos tratam da perspectiva do trabalhador por aplicativo. As pesquisas tratam de outras categorias de profissionais, como os professores, os profissionais de limpeza (ROLDÃO, 2022), ou de outras profissões que terminam sendo atravessadas pela uberização do trabalho (OLIVEIRA, 2021). No entanto, o trabalhador por aplicativo parece se configurar como um grupo ainda em descoberta para pesquisadores que partem do referencial teórico da Teoria das Representações Sociais. Enquanto uma categoria que tem se tornado cada vez mais relevante no cenário social, dado o espaço que têm ganhado com o crescimento do consumo

através de aplicativos, importa que o campo científico da Psicologia Social se ocupe de discutir os pensamentos que compartilham, as motivações que baseiam suas escolhas e as práticas cotidianas de um contexto de trabalho que tem modificado a organização social e as relações trabalhistas. A falta de pesquisas em Representações Sociais que volte o olhar para os trabalhadores por aplicativo, especialmente motoristas e entregadores, evidencia certa lacuna teórica e empírica, a que o presente trabalho busca suprir.

Importa ainda notar que, apesar do trabalho para empresas-aplicativo ser um fenômeno datado de antes da Reforma Trabalhista de 2017, tendo em vista que o surgimento de plataformas como o iFood se deu em 2012 (IFOOD, 2021) e a chegada do Uber ao Brasil aconteceu no ano de 2014 (COSTA, 2019), os trabalhos realizados começaram a ser publicados a partir do ano de 2018 e começam a se intensificar a partir de 2020, quando ocorreu o início da pandemia de COVID 19 e o consumo de serviços de aplicativo adquiriu centralidade no cotidiano social como forma de contribuição com as medidas de proteção à saúde. A lacuna na compreensão das novas formas de trabalho no Brasil a partir do ponto de vista das construções identitárias dos sujeitos trabalhadores, então, se torna evidente e contribui para justificar a necessidade deste estudo: é necessário colocar os trabalhadores na centralidade da discussão tendo em vista que seu cotidiano laboral é diretamente atravessado pelas configurações de trabalho vigentes no país.

Este trabalho pode, ainda, contribuir com o aprofundamento do estudo dos Sistemas de Representações Sociais e, consequentemente, com o estudo da Teoria das Representações sociais uma vez que seus resultados podem evidenciar a construção em rede das representações sobre trabalho em articulação com outros objetos a partir da perspectiva dos sistemas de representação social, evidenciando, inclusive os processos de ancoragem de uma representação e seus modos de constituição e organização no universo social. Assim, pesquisar as representações sociais que orientam as práticas cotidianas de trabalhadores por aplicativo torna-se relevante dos mais diversos pontos de vista: social, a partir da compreensão da dinâmica subjacente a um fenômeno estrutural da sociedade ocidental; trabalhista, uma vez que os resultados desta pesquisa podem reforçar a discussão da

regulamentação do trabalho e de sua organização social a partir da perspectiva do sujeito que exerce sua atividade laboral em um contexto novo e inseguro; da saúde do trabalhador que tem o cotidiano laboral como determinante social de sua saúde física e mental e científico já que, através do panorama da TRS, permite ao campo da Psicologia Social como um todo avançar no conhecimento acerca das afetações de novas formas de trabalho no cotidiano e no desenvolvimento dos sujeitos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Inaugurada em 1961, com o lançamento do livro *La psychanalyse, son image et son public*, a Teoria das Representações sociais, proposta por Serge Moscovici, tem o objetivo de entender como o conhecimento científico é apropriado e interpretado pelo senso comum e como isto pode contribuir para a mudança de uma sociedade, modificando o pensamento e o conhecimento social (VALA; CASTRO, 2013). A Teoria das Representações Sociais (TRS) apresenta, em seu nascimento, uma nova forma de conceber o sujeito, resgatando o interesse da ciência psicológica pelo dinamismo social e pelos cenários de mudança, compreendendo o homem como sujeito ativo na construção de sua realidade sendo, inclusive, construído também por ela.

A teoria da qual se fala desenvolve-se como um modelo científico que tem por objetivo a compreensão e a explicação da construção de um conhecimento leigo, mas compartilhado e articulado (SANTOS, 2005) a que se dá o nome de Representações Sociais. Entende-se então a separação entre teoria e fenômeno. Para Denise Jodelet (1989/1993), as representações sociais são construídas para que nos ajustemos e nos localizemos física ou intelectualmente no mundo que nos cerca, para nos ajudar a identificar e resolver problemas que se apresentam nesse mundo. Neste sentido a TRS aparece como a teoria que se propõe a estudar o fenômeno das representações sociais.

De acordo com Santos (2005), as teorias de senso comum – ou representações sociais – se originam das práticas sociais e das diversidades grupais e elas são construídas com a função de dar sentido à realidade social. Para além disso, elas definem e protegem as identidades, organizam as comunicações, orientam as condutas e justificam os posicionamentos (SANTOS, 2005; BERTONI; GALINKIN, 2017). Assim, dadas as funções das representações sociais e sua localização no cotidiano social, compreende-se que há

critérios para que um conhecimento de senso comum se torne um objeto passível de ser estudado através da Teoria das Representações Sociais.

Para Sá (1998), a construção de uma representação social se dá sobre um objeto implicado de forma consistente em alguma prática do grupo como a conversação e a exposição aos meios de comunicação de massa, por exemplo. Para Santos (2005), o objeto de uma representação social é polímorfo, ou seja, passível de assumir configurações diferentes a depender do contexto social. Ele deve ser, ainda, relevante para o grupo do qual se fala, considerando, assim, a importância do grupo e localizando as construções de teorias de senso comum nos contextos dos quais se parte. O ato de “representar implica sempre em um sujeito e um objeto intrinsecamente ligados” (SANTOS, 2005, p. 25).

As representações sociais nutrem, desde sua origem, relações estreitas com as práticas sociais dos sujeitos no mundo. Enquanto sistemas de ação socialmente estruturados (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2000), as práticas sociais são produtoras de representações sociais, uma vez que nossas inserções sociais e pertencimentos determinam os objetos que se tornam relevantes para nós, bem como os significados atribuídos a eles. Na mesma medida, as práticas sociais são resultados destas teorias de senso comum que orientam nossos comportamentos e escolhas, compartilhados socialmente pelos grupos dos quais se faz parte. Para Abric (1994), a relação entre as representações e as práticas sociais é incontestável, ainda que determinantes sociais atravessem a forma como ambas se relacionam, a depender da modulação exercida por cada situação social. Para o autor, a predominância da representação sobre a prática ou da prática sobre a representação social é determinada por fatores diversos como a mobilização de afetos, a autonomia do sujeito, as normas e valores culturais estabelecidos, as relações de poder na sociedade e a memória histórica coletiva.

Assim, as representações determinam as práticas sociais em situações em que a carga afetiva é mais forte ou naquelas em que o ator percebe autonomia, ainda que relativa, nas relações de poder. Enquanto, em situações de maior restrição social ou material, as práticas sociais implementadas podem trazer transformações para as representações dos objetos

(ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2000). De acordo com Abric (1994), em contextos de trabalho, observou-se que a representação social determina as práticas adotadas pelos trabalhadores, embora não se possa deixar de considerar que o exercício do trabalho também modula a construção de representações sociais uma vez que se inscreve nas normas sociais estabelecidas e, por isso mesmo, engaja nossos afetos na medida em que nos insere em mais uma estrutura de relação de poder.

Esta relação entre as práticas sociais e a construção de teorias de senso comum acerca de objetos relevantes para o grupo nos permite depreender que a mudança na configuração de uma prática social modula, em consequência, a construção das representações acerca do objeto de que se parte. E, enquanto prática social bem fundamentada e estrutural das sociedades ocidentais, o trabalho e os assuntos relacionados a ele adquirem relevância e espessura na arena pública de discussões, assumindo, inclusive, diversas possibilidades de compreensão. Estando os trabalhadores implicados com a construção de teorias acerca do trabalho que exercem, a partir de um alicerce social do que o trabalho significa de maneira geral, este torna-se um objeto de Representações Sociais, já que está implicado nas práticas dos sujeitos (SÁ, 1998), além de se configurar uma prática por si mesmo, e de estar relacionado também às posições sociais a partir das quais se fala.

De acordo com Moscovici, a elaboração destas teorias de senso comum (as representações sociais) envolve a conjunção de dois processos fundamentais e complementares: a objetivação e a ancoragem. De acordo com Cabecinhas (2004), além de intrinsecamente relacionados, estes processos são atravessados por fatores como as inserções sociais. Assim, a objetivação fala sobre o percurso através do qual elementos desconhecidos adquirem materialidade (CABECINHAS, 2004), que tem a função de dar corpo aos pensamentos e aos esquemas conceituais (NOGUEIRA; DI GRILLO, 2020). A ancoragem, por sua vez, diz respeito à inserção do objeto em um sistema de pensamentos pré existentes (SANTOS, 2005), alocando-os em uma hierarquia e atribuindo significados ao objeto que se representa (NOGUEIRA; DI GRILLO, 2020). Na medida em que integra um elemento novo ao sistema prévio dos sujeitos, a ancoragem traz alterações àquilo que se conhece. Neste

sentido, o sistema de pensamentos pré existente altera o novo elemento e também é alterado por ele (SANTOS, FÉLIX, MORAIS, 2012).

Apesar de conceitualmente diferentes, a objetivação e a ancoragem não podem ser concebidos separadamente, uma vez que objetos desconhecidos, na medida em que adquirem materialidade, são imediatamente inseridos no sistema de pensamentos anteriormente estabelecidos. Para Moscovici (2003) nossas experiências e memórias são as principais responsáveis pela maneira como construímos e transformamos representações sociais. Desta forma, o mundo simbólico de cada um é formado pelas inserções sociais, pelos ideais, pelas crenças (MORAIS, 2013) que se compartilham nos grupos sociais através das informações de que dispõe. A partir dos processos de objetivação e ancoragem, torna-se possível compreender que a construção das RS se dá para assegurar a comunicação social e organizar as formas de vida em sociedade a partir da classificação e da nomeação de partes das realidades pessoais em articulação com a construção de histórias coletivas (MOSCOVICI, 1976 apud SANTOS, 2005).

De acordo com Morais (2013), a função identitária das representações sociais, que define e protege as identidades sociais de um grupo, conduz a pesquisadora que investiga as representações sociais à compreensão das repercussões das teorias de senso comum no grupo do qual o sujeito que representa faz parte. Segundo a autora, a investigação em representações sociais nos ajuda a analisar as formas de apropriação e construção da realidade social pelo grupo, bem como os comportamentos que derivam e que se implicam nessas concepções. A implicação do grupo na construção de teorias de senso comum acerca de determinados objetos aparece também nos motivos pelos quais construímos representações sociais.

De acordo com Santos (2005, p. 29), “compartilhar teorias de senso comum a respeito de determinados objetos assegura a comunicação entre as pessoas e fornece um guia para suas condutas”. A partir das relações sociais, Moscovici (1961/2012) elenca três fatores que determinam e são a razão pela qual construímos representações: a pressão à inferência, que ressalta a necessidade do sujeito em se comunicar e se expressar em seu grupo, influenciando

a constituição de julgamentos comuns ao grupo (MORAIS, 2013, p. 30); a focalização, onde as inserções sociais, os hábitos, as tradições históricas, o acesso às informações e os valores pessoais delimitam o foco em determinados aspectos do elemento que se representa em detrimento de outros; e a defasagem ou dispersão da informação que diz respeito à relação entre as condições de acesso e exposição à informação, de modo mais objetivo, e a forma como se constroem as representações acerca de determinados objetos.

Para além de aspectos relativos à formação das representações, ao longo de seus 60 anos de existência, a TRS tem sido utilizada como panorama teórico de pesquisas realizadas em diversas áreas do conhecimento (ALMEIDA, 2009) cujo propósito se alinhe a uma forma de pensar os sujeitos como ativos na dinâmica social e nos processos de apropriação, interpretação e reconstrução da realidade que os cerca. De acordo com Almeida (2009), no Brasil o desenvolvimento da teoria tem se dado através da inserção de três pesquisadores no contexto científico e suas abordagens à teoria. Jean-Claude Abric, Willem Doise e Denise Jodelet trazem contribuições específicas à TRS a partir de suas próprias formas de conceber a realidade social e apesar de suas abordagens não serem excludentes entre si (SÁ, 1998), a opção por uma delas tem o objetivo de responder à pergunta que se propõe da maneira mais completa possível.

Também conhecida por “Teoria do Núcleo Central”, a Abordagem Estrutural das Representações Sociais proposta pelo psicólogo francês Jean-Claude Abric, une aspectos cognitivos e sociais na compreensão e na análise das representações sociais e enfatiza a dimensão cognitivo-estrutural das representações (PARREIRA et. al., 2018). De acordo com Mazzotti (2002), a abordagem estrutural nos ajuda a compreender os motivos pelos quais as representações sociais podem ser, ao mesmo tempo, rígidas e flexíveis, consensuais ou marcadas por diferenças significativas para determinados grupos.

A abordagem estrutural das representações sociais tem interesse na forma de organização das representações sociais (MORAIS, 2018) e se estrutura, ela própria, a partir da concepção de núcleo central e de um sistema periférico. O núcleo central, neste sentido, é “o

elemento essencial da representação” (MAZZOTTI, 2002), estável, resistente à mudanças, o que assegura a continuidade de uma representação e a relação de pertencimento grupal. O sistema periférico, por sua vez, permite a adaptação à realidade que se modifica e a proteção ao núcleo central, contribuindo para que se expliquem as características contraditórias e complementares das representações sociais (PARREIRA et. al. 2018). Dado o interesse da abordagem estrutural, anteriormente apresentado, compreende-se que a utilização desta perspectiva busca responder à seguinte pergunta: como se organizam os elementos constituintes das representações sociais em relação a determinado objeto, para determinado grupo?

Willem Doise, psicólogo belga, propõe uma Psicologia Societal, a partir da qual nasce a Abordagem Societal das Representações Sociais, quando ele afirma que a TRS apresenta um panorama estimulante para o desenvolvimento de uma psicologia que relacione o estudo dos sistemas cognitivos ao estudo dos sistemas relacionais e sociais (DOISE, 2002). A abordagem societal, proposta por Willem Doise, enfatiza as inserções sociais dos indivíduos como fonte de variação das Representações Sociais, articulando a formação desta com uma perspectiva mais psicossociológica (ALMEIDA, 2009). Segundo a autora, ainda, a articulação entre o nível individual e o societal, evidencia que os processos de que os indivíduos dispõem para funcionar em sociedade, são orientados por dinâmicas sociais. Neste sentido, a articulação entre a compreensão dos indivíduos, as relações que se estabelecem entre os grupos e do ponto de vista societal, situa a abordagem iniciada por Doise em uma perspectiva psicossociológica.

A abordagem societal apresenta relação com a função identitária das representações sociais, na medida em que defende que o que se apresenta como conteúdo de uma representação é justificado pelos processos sociocognitivos individuais, as pertenças grupais, pelas relações entre os grupos e pela dinâmica da sociedade em que esses grupos se inserem. De acordo com Almeida (2009), a abordagem societal pressupõe a articulação de quatro níveis de análise, a saber: intraindividual, interindividual/relacional, posicional/intergrupar e societal e a análise das representações a partir desses quatro níveis parte da noção de que as

representações são princípios geradores das tomadas de posição, das relações simbólicas entre indivíduos e grupos. Assim, a abordagem societal das representações sociais busca responder a perguntas como: “de que nos falam sobre o cenário social as representações sociais desenvolvidas por determinado grupo?”.

A abordagem sociogenética das Representações Sociais, proposta por Denise Jodelet, tem como objetivo, entre outras palavras, responder a questões relativas ao processo de formação de uma representação integrando os mecanismos individuais aos fatores sociais, compreendendo o pensamento social como constituído e constituinte da realidade (TOMÉ; FORMIGA, 2020). Para Jodelet, o estudo das RS através da perspectiva sociogenética deve levar em consideração os discursos dos grupos, os comportamentos e práticas sociais expressas nas RS, o exame dos documentos que institucionalizam as práticas e as interpretações realizadas pelos veículos de imprensa (ALMEIDA, 2005).

De acordo com Banchs (2004), o enfoque sociogenético (ou culturalista) das representações sociais é caracterizado pela ideia de que, para chegar ao conhecimento das RS, se deve partir de uma abordagem hermenêutica, “entendendo o ser humano como produtor de sentidos e focalizando na análise das produções simbólicas, dos significados, da linguagem através dos quais construímos o mundo em que vivemos”. A abordagem proposta por Jodelet, neste sentido, coloca em pauta a complexidade por trás da construção de RS já que busca compreender o funcionamento psíquico do sujeito, assim como o funcionamento do sistema social e em que medida estes afetam as Representações Sociais ou são afetados por elas (BERTONI; GALINKIN, 2017). Definida por Almeida (2005) como a abordagem mais próxima da forma inicial pensada por Moscovici, a abordagem sociogenética se destaca pela articulação entre as dimensões sociais e culturais que conduzem as construções mentais e coletivas (NOGUEIRA; DI GRILLO, 2020).

De acordo com Santos (2021), em 1998 Jodelet alertava que o estudo dos conteúdos de uma representação social possibilita a compreensão da dinâmica social, portanto estudar as formas de pensamento social implica na necessidade de compreender os processos psicossociais que fazem os conteúdos emergirem. Uma vez que o sujeito e a sociedade

configuram unidades interativas (SANTOS, 2021) que se constituem de maneira interdependente, esta pesquisa se desenvolve a partir da perspectiva de Denise Jodelet. Compreendendo o trabalho como uma prática social implicada diretamente no cotidiano dos sujeitos, que passa por modificações ao longo do tempo, busca-se, aqui, entender o processo de construção da representação social deste objeto para um grupo específico de trabalhadores e compreender, também, como o pensamento social acerca do trabalho orienta a conduta e as práticas dos trabalhadores por aplicativo. Tendo em vista que a abordagem sociogenética tem o objetivo de ir além dos conteúdos da representação e olhar também – e simultaneamente – os processos de construção dessas representações (BANCHS, 2004), baseamo-nos neste olhar, que integra as dimensões cognitiva, cultural e social para trazer à psicologia social, contribuições no que diz respeito ao estudo das formas de organização do trabalho e de suas relações com as práticas cotidianas de trabalhadores por aplicativo.

### **2.1.1 Sistemas de Representação Social**

Para Moscovici (1961/2012), a representação social de um objeto se insere em uma rede de articulações com outros objetos que já fazem parte do sistema de pensamentos das pessoas, para adquirir familiaridade e para conferir um sentido global à realidade que o sujeito vivencia. Este processo, denominado por ele de ancoragem, tem a função de nos ajudar a construir o significado de determinado objeto partindo dos significados que já atribuímos a outros objetos anteriormente, que de algum modo facilite a comunicação social e a construção de saberes de senso comum. Entendendo as representações sociais como moduladoras dos pensamentos, que regulam a dinâmica social (FÉLIX, et. al. 2016), percebe-se a impossibilidade de construí-las de maneira isolada, olhando apenas para o objeto em questão, no nosso caso o trabalho, e a conseqüente necessidade de pensar suas as relações que se fazem entre o trabalho e objetos outros, hierarquizando-os e inserindo-os em um sistema de representações sociais.

Enquanto derivado do processo de ancoragem (FÉLIX, et. al., 2016), os Sistemas de Representações Sociais enfatizam a dimensão histórica e cultural do objeto de representação a

partir da inserção do fenômeno em questão no conjunto de expressões sociais (BRANDÃO; BENEVIDES; CAMPOS, 2020). Os Sistemas de Representações Sociais podem, ainda, ser compreendidos a partir de quatro grandes categorias: um conjunto de conhecimentos, um conjunto de representações sociais de objetivos diversos, como sinônimo de representações sociais ou a partir de noções dispersas (FÉLIX, et. al., 2016), no entanto, no estudo realizado pelas autoras, percebeu-se que a maior quantidade de artigos publicados partia de noções dispersas sobre o conceito de sistemas, confirmando o que foi defendido por Wachelke em 2005 acerca dos limites do conceito.

Segundo Santos e Aléssio (2022), a categoria das noções dispersas reúne os artigos que não apresentam definição teórica dos sistemas de representações sociais, bem como aqueles em que os sistemas representacionais eram utilizados como que para mencionar outros fenômenos. Enquanto um conjunto de conhecimentos, os sistemas são tidos como uma matriz que pode gerar outros conhecimentos. Neste mesmo estudo ainda há artigos que colocam o sistema de representações enquanto um sinônimo das representações sociais de um determinado objeto, mas é enquanto um conjunto de representações sociais que se compreende os sistemas de representações sociais nesta pesquisa. Compreendemos, portanto, que as representações sociais de objetos diferentes se articulam na medida em que compartilham elementos (FÉLIX, et. al. 2016) podendo, inclusive, conter representações daquilo que é estranho ao objeto, na medida em que nisto se ancore as teorias construídas sobre aquilo do que se fala.

De acordo com Félix et. al. (2016) um sistema de representações sociais pode ser compreendido como a articulação entre diferentes representações sociais ou objetos sociais e pode ser identificado através do compartilhamento de elementos entre si. As autoras defendem que um objeto de representação social privilegiado para o estudo dos sistemas é a família, tendo em vista sua centralidade na sociedade brasileira e sua posição como referência para as etapas do desenvolvimento das pessoas. Da mesma forma, o trabalho se configura como um fenômeno central nas discussões sociais, enquanto tema e enquanto prática, constituindo-se também como elemento relevante e marcador do desenvolvimento humano,

delimitando junto a outras características, o início da vida adulta. Assim, é possível defender que as representações sociais acerca do trabalho estão intrinsecamente relacionadas com representações outras como as de família, liberdade, independência, adulez, homem, mulher entre outras.

Para Santos e Aléssio (2022), estudar os objetos de representações sociais de maneira isolada pode nos levar a perder de vista toda a rede de articulações que se constrói ao redor deste objeto. Neste sentido, a autora nos aponta que o caminho para visualizar a intersecção entre as diferentes representações sociais que se articulam é direcionar o olhar pesquisador para as práticas e as experiências das pessoas com quem pesquisamos. Importa também ressaltar que para compor um sistema de representações sociais, é preciso que um objeto esteja organizado e articulado de modo a aparecer nos discursos dos participantes através do processo de ancoragem do objeto do qual se parte (SANTOS; ALÉSSIO 2022).

A ancoragem, portanto, é o elemento central do estudo das redes de significações em torno de determinado objeto e demonstra, inclusive, as relações de hierarquia e poder que se estabelecem no processo de incorporar o que é novo e estranho àquilo que já conhecemos. Assim, cabe nos questionar como se dá o processo de ancoragem do trabalho enquanto um objeto de representação social para compreender, através das práticas cotidianas dos trabalhadores por aplicativo, com que outros objetos este se articula. Isto porque, como uma articulação em rede, diretamente relacionada com a realidade social e suas transformações, as Representações Sociais são atualizadas na medida em que se modificam também as práticas sociais.

Apesar de não ser novo no contexto da TRS, o conceito de sistemas de representações sociais tem sido pouco explorado e, desta forma, não apresenta contornos bem definidos (WACHELKE, 2005). Isto dificulta o acesso a trabalhos que discutam mais profundamente o conceito de sistemas e, mais ainda, aos trabalhos que tracem desenhos de articulações entre representações de objetos diversos nos discursos das pessoas. Pensando, neste sentido, que as representações sociais instrumentalizam os grupos a agirem sobre a realidade (WACHELKE,

2005) e que os objetos sociais não surgem em um vácuo social, o conceito de sistemas justifica-se por si mesmo. As articulações entre os objetos de representações sociais diversos falam dos conhecimentos que são mobilizados para que aquele objeto específico do qual se fala adquira sentido na vida das pessoas.

As articulações entre os objetos de representações sociais diversos falam dos conhecimentos que são mobilizados para que aquele objeto específico do qual se fala adquira sentido na vida das pessoas. Assim, uma vez que as práticas dos trabalhadores por aplicativo podem estar sendo orientadas por diversos objetos sobre os quais se podem construir teorias de senso comum, os sistemas de representações sociais aparecem como o meio de compreender as ancoragens e os processos pelos quais passam as RS de trabalho para se estabelecer como uma forma de pensamento compartilhado que é fruto da dinâmica social a partir da qual falamos.

Para Trindade, Santos e Almeida (2014, p. 151), o processo de ancoragem permite que se compreenda “o jogo da cultura assim como as características históricas, regionais e institucionais da produção de sentido”, uma vez que concede ao indivíduo a possibilidade de integrar o objeto da representação em um sistema de valores próprio que é denominado e classificado a partir das relações que se estabelecem entre o objeto e as inserções sociais das pessoas. A relação entre o sujeito e o objeto é moderada também pela intervenção de um outro sujeito, nomeado “alter”, de forma que as modalidades de comunicação entre os sujeitos determinam as relações destes com o objeto (VALA; CASTRO, 2013). Desta forma, entram em jogo as pertencas sociais que delineiam a mobilização das representações sociais de objetos que se articulam entre si, configurando um sistema de representações, para que o objeto do qual se fala ocupe lugar na hierarquia de pensamentos sociais compartilhados.

## 2.2 TRS E IDENTIDADE SOCIAL

A implicação do trabalhador na dinâmica social do exercício de um trabalho sem garantias legais estabelecidas no país, nos permite conjecturar sobre como as identidades

sociais dos trabalhadores por aplicativo têm se construído em um cenário de mudança da organização e da configuração do trabalho na sociedade. Usualmente o conceito de identidade é utilizado para tratar da inserção do sujeito no mundo social e da constituição de suas relações. O conceito de Identidade Social, conforme elaborado por Tajfel, traz à discussão um processo de conscientização de pertença a determinados grupos e os afetos que essa pertença mobiliza; um processo de constituição da identidade que ocorre de maneira contextualizada a partir das relações entre os grupos e a nível social e institucional (TORRES; CAMINO, 2013).

A construção das identidades sociais requer compartilhamento de significados e o reconhecimento de nossa própria autoimagem em relação com outras pessoas significativas que constituem nossos grupos e marcam nossas pertenças. De maneira mais ampla, a construção das identidades sociais passa pela resposta aos questionamentos “quem sou eu?” e “o que significa pertencer a este grupo?” e estas respostas envolvem, necessariamente, comunicações, partilhamento de normas e símbolos, construção de uma autoimagem e a categorização social do que sou eu, do que somos nós e do que são eles (VALA, 1997). No meio social, diversas são as pertenças que fazem a identidade de alguém a partir das relações sociais e inserções grupais que se desenvolvem ao longo da vida. Assim, compreende-se a identidade social como um construto flexível e profundamente relacionado ao contexto de que se fala e ao ponto de vista adotado sobre si.

Para Joffe, os cenários de mudança de configuração social exacerbam os conflitos de identidade e produzem inseguranças que colocam em risco as compreensões de si das pessoas (SANTOS, ALÉSSIO, SILVA, 2009). Deste modo, pensando as mudanças promovidas nos contextos de trabalho a partir da homologação da Reforma Trabalhista em 2017, observa-se que o processo de construção das identidades sociais de trabalhadores – especialmente aqueles que ficaram mais expostos a vulnerabilidades sociais – devem ser revisitados através de pesquisas científicas com o objetivo de entender como as regulações do trabalho afetam as pertenças das pessoas.

A identidade pode ser compreendida, ainda, enquanto uma narrativa construída ao longo do tempo de vida de uma pessoa com o objetivo de conferir e organizar os sentidos de vida e as relações sociais em um período de tempo e em um contexto determinado (BENDASSOLLI, 2007). Sem perder de vista o aspecto individual, o processo de construção das identidades se dá ao longo da vida das pessoas e orienta suas relações pessoais sendo, inclusive, mediado por elas. De acordo com Bendassolli (2007), as identidades também podem ser construídas com o objetivo de legitimar experiências particulares para o grupo e, neste processo, incluímos na nossa própria história, narrativas outras sobre aspectos nossos, como as explicações midiáticas para fenômenos do nosso cotidiano. Para o autor, ainda, nestes casos a identidade que construímos depende do nosso modo de enxergar a realidade que se desenha e, por isso, este é um processo que se aproxima da formação de representações sociais.

No processo de integrar as normas, as crenças e os valores grupais à autoimagem construída, as pessoas partilham também representações sociais sobre atributos e traços que definem um membro de seu grupo e de outros grupos (VALA, 1997). Partilham também os significados de objetos ligados às atividades que expressam suas marcas, suas crenças e suas práticas sociais. Assim, a associação de aspectos da Teoria das Representações Sociais e da Teoria da Identidade Social pode contribuir para a compreensão do papel que o trabalho ocupa na construção das identidades sociais de pessoas que trabalham com entrega de mercadorias ou com transporte de passageiros através de aplicativos. Em associação à Teoria da Identidade Social, as representações sociais atuam como um meio de ampliar a discussão dos significados atribuídos ao trabalho em articulação com as pertencas sociais e os significados que esta pertença obtém no cotidiano das pessoas.

Martins-Silva et. al. (2012) afirmam que a Identidade Social é formada pelas representações sociais de si, do seu grupo e do, assim chamado, exogrupo e, portanto, defendem que a utilização das teorias da Identidade Social e das Representações Sociais em conjunto contribui para a ampliação da compreensão do objeto do qual se fala. Os autores chamam a atenção, ainda, para o fato de que ambas as teorias respondem às mesmas funções,

quais sejam: explicar a realidade, justificar as tomadas de posição e definir a identidade grupal, embora a teoria proposta por Tajfel se ocupe mais profundamente de descrever os processos identitários. Bonomo (2010), por sua vez, argumenta que a validade do diálogo entre a TRS e a Teoria da Identidade Social se dá pela necessidade de assumir a complexidade dos fenômenos, para além das aproximações conceituais e epistemológicas que as teorias apresentam. Deste modo, as teorias se complementam e contribuem para que possamos compreender o local que o trabalho ocupa na constituição de si dos grupos de trabalhadores.

A centralidade do trabalho em nossas comunicações e a importância que a inserção no mercado de trabalho tem para o nosso desenvolvimento e para a nossa socialização, se refletem em uma quantidade considerável de estudos que articulam a construção da Identidade Social com os mais diversos aspectos da prática do trabalho. Nos últimos dez anos as pesquisas têm tratado sobre a identidade social do idoso e as relações de trabalho (MOREIRA, 2012), sobre a identidade social, as emoções e a discriminação contra estrangeiros no trabalho (GONDIM et. al., 2013). Trabalhos como os de Reis (2015) tratam também da relação entre as identidades sociais e a efetividade em equipes de trabalho em organizações públicas, Maciel (2020) volta o olhar para a população de pessoas com deficiência e a importância do trabalho para o reconhecimento da identidade social destas pessoas e ainda há estudos que discutem a questão de gênero no trabalho em articulação com a identidade social (BICALHO et. al., 2021). Percebe-se, no entanto, que os estudos que articulam a identidade social com a especificidade de um trabalho precarizado como o dos entregadores e motoristas por aplicativo não são facilmente encontrados.

Para Fialho (2017), a identidade é, ao mesmo tempo, um processo de inclusão e exclusão, na medida em que este é um processo que nos assemelha a uns e nos diferencia de outros. O autor afirma que a construção da identidade remete necessariamente às relações sociais entre as pessoas e defende que o trabalho é uma das partes centrais na construção de nossas identidades, uma vez que se configura como um importante agente de socialização na vida adulta. A identidade, neste sentido, pode ser traduzida como o modo como nos categorizamos e nos posicionamos em relação ao mundo que nos rodeia. Assim, o trabalho

representa uma importante instância da construção das identidades sociais das pessoas, na medida em que, em uma sociedade orientada por ele, delimita nossos acessos e as posições sociais que nos são possíveis. Ferreira (2013) defende que as representações sociais acerca de aspectos do trabalho se configuram como “marcas identitárias” dos profissionais, corroborando com a ideia de que as representações sociais se articulam com a construção da identidade social não somente a nível teórico, mas especialmente na vida prática, cotidiana.

Rovida (2016) confirma o fato de que o trabalho se apresenta como elemento central na formação das identidades sociais na medida em que se observa que as relações sociais são mediadas por ele. A autora, neste sentido, aponta para a necessidade de olhar para a relevância que a atividade de trabalho adquire na vida social e nas comunicações, visando a uma crítica à noção de trabalho como atividade essencial do ser humano e como aspecto constituidor de identidade individual e coletiva. Esta pesquisa busca problematizar o local do trabalho na constituição das identidades sociais, a partir da crítica a um trabalho inseguro e vulnerável que invade as vidas dos trabalhadores ultrapassando os limites anteriormente estabelecidos pela regulamentação do trabalho. Busca-se, aqui, olhar para as formas de resistência dos trabalhadores que, para além da condição de entregadores ou motoristas por aplicativo, insistem em anunciar suas demais pertencas grupais e em colocar o trabalho como uma parte da constituição de si.

### 3 OBJETIVOS

**Geral:** Investigar as representações sociais de trabalho e demais representações sociais articuladas construídas por trabalhadores por aplicativo.

**Específicos:**

- Identificar o conteúdo das representações sociais de trabalho que circulam entre trabalhadores de aplicativo de entrega e/ou transporte;
- Identificar o sistema de representações associados aos significados de trabalho por parte dos trabalhadores por aplicativo;
- Investigar as implicações do cenário político do país nas representações sociais de trabalho;
- Verificar a relação entre as pertenças grupais dos trabalhadores por aplicativo e o trabalho que realizam.

## 4 METODOLOGIA

Constitui objetivo geral desta pesquisa a investigação das representações sociais mobilizadas no cotidiano laboral de trabalhadores por aplicativo de entrega e de transporte. Uma vez que as representações sociais são construídas por um grupo em relação com o objeto e com o outro, a fala se configura como um dos meios mais importantes de compartilhar significados. No sentido de privilegiar a fala e a compreensão de si e de seu contexto social por parte dos trabalhadores por aplicativo, esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva. De acordo com Flick (2013), a pesquisa qualitativa permite a compreensão de aspectos específicos a partir da perspectiva do participante e, neste caso, possibilita a compreensão do modo como o próprio sujeito significa os aspectos relativos ao seu trabalho. A crescente do trabalho por aplicativo de entrega e de transporte de passageiros justifica a opção pela pesquisa exploratória, uma vez que esta tem por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, buscando torná-lo mais explícito (GIL, 2002).

### 4.1 O CONTEXTO

O exercício de um trabalho por aplicativo traz consigo algumas complexidades no que diz respeito ao contato com os trabalhadores, uma vez que uma característica própria deste tipo de trabalho é a disponibilidade para atender os chamados na hora em que ocorrem, no lugar em que ocorrem, e a consequente movimentação dos possíveis participantes desta pesquisa pela cidade.

O formato de trabalho e a compreensão da gestão dos aplicativos acerca daqueles a quem chamam de parceiros, contribui para que seja comum encontrá-los nos mais variados locais: seja em espaços próprios de descanso e apoio organizado pelo aplicativo, ou sentados em um bloco de concreto no estacionamento de algum estabelecimento enquanto o trabalho não chega.

De modo que não havia como, *a priori*, determinar um local para que a pesquisa fosse realizada, a cidade do Recife, de maneira geral, foi escolhida como lócus. Encontramos

trabalhadores dispostos a participar de nossa pesquisa em ponto de apoio em um shopping da cidade, em um estacionamento de hipermercado da zona sul do Recife, em suas casas durante o período de descanso, de maneira presencial ou online, após contato prévio via aplicativo de mensagens, e também dentro de um carro, durante algumas de minhas muitas viagens pela cidade. Para todos eles a pesquisa foi apresentada, a proposta de participação foi feita, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi apresentado e enviado e foi encontrado em conjunto um local minimamente apropriado, em que o trabalhador se sentisse confortável para falar sobre seu cotidiano e sua relação com o trabalho sem que mais ninguém pudesse ativamente escutar suas falas, além da pesquisadora.

A diversidade de locais em que as pessoas foram ouvidas torna difícil a descrição pormenorizada da geografia do lugar em que a pesquisa aconteceu. Mas, dada a natureza de um trabalho sem ganhos garantidos, em que se auferia renda exclusivamente por corrida realizada tanto para motoristas quanto para entregadores, optamos por entrevistá-los em período de descanso ou no intervalo entre viagens. No decorrer das abordagens, no entanto, percebemos que, apesar de tal estratégia funcionar com entregadores, os motoristas respondiam melhor durante as corridas e o processo seguiu desta maneira: sempre que chamava um carro para corridas mais longas, me apresentava e propunha a participação na pesquisa. Aos que consentiram, foi feita a solicitação da gravação do áudio e no final da corrida, por motivos logísticos, a assinatura do Termo de Consentimento.

#### 4.2 PARTICIPANTES

Participaram desta pesquisa 10 pessoas que trabalham através de aplicativos. Destes, cinco trabalhavam com entrega de alimentos e de outros produtos, e os outros cinco com transporte de passageiros.

A escolha por estes tipos de aplicativo se deu em face do aumento do desemprego no Brasil no período pandêmico e pré pandêmico que deixou à classe trabalhadora a opção de se tornar “empreendedor de si mesmo” (ALVES, BAGNO, GONÇALVES, 2020) e recorrer a vínculos fragilizados com aplicativos que possibilitassem a garantia de uma renda mínima

para a sobrevivência. A pandemia de COVID 19 também contribuiu para o aumento do consumo através de aplicativos, o que trouxe à vista a quantidade de trabalhador nesse formato de vínculo, bem como a qualidade de vida que este tipo de trabalho oferece.

O número de participantes foi definido a priori visto que para o formato de entrevista que se propunha então, a entrevista narrativa, um grande número de entrevistados poderia comprometer a qualidade e a profundidade das análises empreendidas. Optou-se, ainda, pela técnica de amostragem do tipo Bola de Neve, em que cada pessoa indicava outros nomes que pudessem participar da entrevista até que se chegasse ao número pretendido.

De acordo com Oliveira et. al (2021), a técnica da Bola de Neve consiste em utilizar de uma rede de referências construídas por pessoas que compartilham algumas características. Para os autores, trata-se de uma amostragem não probabilística e de um processo econômico, uma vez que não demanda tantos recursos humanos. A amostragem Bola de Neve é utilizada para contatar grupos de difícil acesso ou com outras peculiaridades e, neste caso, tendo em vista um grupo difícil de contatar pela própria dinâmica do trabalho que exercem, o método aplicado funcionou como ponte para conhecer os trabalhadores que constituíam o grupo que interessava para os fins da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas a partir de contato prévio com um entregador em ponto de apoio de um aplicativo, e com um motorista conhecido da pesquisadora, que foram indicando os demais trabalhadores. Foi critério de inclusão o cadastro ativo em, pelo menos, uma plataforma de entrega ou de transporte, e a utilização do aplicativo como renda principal pessoal e/ou familiar do participante. Por motivos de limitações éticas foram excluídos da amostra desta pesquisa, os sujeitos que se recusaram a assinar os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido ou que não autorizaram a gravação de suas vozes no momento da entrevista. Constituiu também um critério de exclusão, por limitações da pesquisadora, sujeitos que apresentassem qualquer tipo de comprometimento que impossibilite sua expressão oral, por meio da fala.

O grupo de participantes foi composto por adultos do sexo masculino, com uma idade média de 34,5 anos. Dois dos participantes possuíam outro vínculo trabalhista, conquistado após o início do trabalho por aplicativo e os demais ingressaram no trabalho pelo respectivo aplicativo após situação de desemprego anterior. Nenhum participante optou pelo aplicativo como primeiro emprego ou primeira experiência de trabalho. Todos os participantes moravam na região metropolitana e tinham seu cotidiano de trabalho no mesmo lugar onde moravam.

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco e foi aprovada no mês de junho de 2022 sob o número CAAE: 56903622.3.0000.5208.

### 4.3 INSTRUMENTOS

A partir do objetivo estabelecido, e em consonância com o método qualitativo, esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma entrevista. Inicialmente, a ideia era reconstruir acontecimentos sociais relativos à opção pelo trabalho por aplicativo, a partir da perspectiva dos participantes tão diretamente quanto possível, através de uma entrevista narrativa em que a pessoa é convidada a contar a história de algum acontecimento importante de sua vida e de seu contexto social (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2008). Neste formato de entrevista, a interferência da pesquisadora é diminuída e as pessoas têm espaço para selecionar os temas e os tópicos que consideram mais relevantes em sua própria história a partir de uma questão disparadora.

Logo nos primeiros contatos com os participantes, no entanto, percebeu-se que não havia disposição nem possibilidade logística de realizar uma entrevista narrativa, tendo em vista o tempo que ela demanda. Percebeu-se que as pessoas tendiam a responder a questão disparadora de maneira sucinta e esperavam a continuação dos questionamentos por parte da pesquisadora. Assim, foi traçada uma nova estratégia, em que se optou pela retomada da entrevista semiestruturada, com o objetivo de nos aproximar dos conteúdos acerca do trabalho exercido pelos trabalhadores por aplicativo a partir de diversas frentes. A entrevista semiestruturada, assim como a narrativa, permite a expressão dos sujeitos sobre si e sobre sua

história com o exercício do trabalho, já que, mesmo com um roteiro preestabelecido, costuma privilegiar a fala e o ponto de vista das pessoas ouvidas. De acordo com Gaskell (2008), ela permite compreender, detalhadamente, as crenças, atitudes, valores e motivação em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos.

As entrevistas facilitam a expressão e verbalização dos pensamentos e sentimentos dos sujeitos sobre os temas que forem propostos (BERTONI; GALINKIN, 2017) na medida em que facilita o estabelecimento de uma relação de confiança entre entrevistado e entrevistador. Pensando em investigar as Representações Sociais no contexto de trabalho de entregadores e de motoristas por aplicativo, compreende-se como primordial estabelecer um vínculo com os participantes e ouvir as perspectivas das pessoas sobre suas práticas cotidianas. Assim é que a pergunta disparadora desta entrevista foi? “Você poderia me contar a história de sua vida profissional desde o início até o seu trabalho atual?”. Em seguida perguntou-se sobre o cotidiano dos participantes em um dia comum de trabalho. Também foi pedido para que os entrevistados fizessem uma avaliação do lado positivo e do lado negativo do trabalho que exercem e em seguida, perguntamos para eles qual o significado do ato de trabalhar. Por último os participantes responderam sobre seus projetos de trabalho para o futuro. Cada um dos questionamentos propostos teve o objetivo de complementar o alcance do conteúdo que era esperado em uma entrevista narrativa e possibilitou discutir, entre outros assuntos, a articulação das representações sociais que estão em jogo no cotidiano do trabalho e as ancoragens das teorias sobre trabalho elaboradas pelos participantes.

Para além das perguntas mencionadas, a entrevista também contou com um questionário sociodemográfico com o objetivo de trazer à discussão quem são os trabalhadores por aplicativo no Brasil. Perguntou-se sobre gênero, religião, escolaridade, faixa de renda, estado civil e posicionamento político dos participantes. Tais perguntas permitem discutir as implicações de formação e inserção social com o processo de construção das Representações Sociais, tendo em vista que o lugar que os grupos sociais ocupam na sociedade contribui com a construção de teorias de senso comum contextualizadas e coerentes com a realidade a partir da qual se fala.

#### 4.4 PROCEDIMENTOS

As entrevistas presenciais foram realizadas no local de trabalho dos participantes: ponto de apoio do aplicativo, estacionamento de estabelecimento ou o próprio carro em que o motorista desenvolve suas atividades. A técnica de Bola de Neve, porém, nos leva a acessar participantes em locais diversos e, desta forma, ocorreram também entrevistas no formato online, realizadas após contato prévio de apresentação e solicitação de participação via aplicativo de mensagens.

No primeiro contato com os participantes, após apresentação pessoal, houve a explicitação dos objetivos da pesquisa, o convite à participação e a assinatura ou o envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. No formato presencial, após a assinatura do termo, a entrevista foi realizada em local próprio escolhido em conjunto pelo participante e pela pesquisadora. No formato online, após o contato inicial e o envio do termo, foi agendado um horário para a realização da chamada de vídeo em que a entrevista seria realizada. Em ambos os casos, antes do início da entrevista, foi pedido permissão para gravar o áudio das entrevistas, com vistas à transcrição, de modo que mesmo na chamada de vídeo nenhuma imagem ficou registrada, contribuindo para a garantia de sigilo dos participantes.

O processo de coleta durou cerca de três meses, pois houve dificuldade de aceitação dos possíveis participantes e de ajuste dos horários possíveis dada a natureza e a dinâmica do trabalho que realizam. O tempo de cada entrevista, por sua vez, não foi pré-determinado, visto que o mais importante é a livre expressão do participante e tudo que ele elenca como relevante para a contação de sua história. A duração da entrevista variou de acordo com a disponibilidade de horário e a motivação para participar de cada um. Mas, de maneira geral, todos os tópicos propostos no roteiro foram abordados e não houve participante que desistiu de conceder a entrevista.

Uma vez que a entrevista narrativa não pôde ser realizada, o método de análise de narrativas e o de história de vida não pôde ser aplicado. Assim, optou-se por organizar as entrevistas e submetê-las à análise lexicométrica com o auxílio do software IRAMUTEQ. De

acordo com Sousa et. al. (2020) o software aparece como possibilidade para o tratamento e a análise estatística de dados textuais dos mais variados tipos, desde entrevistas até documentos legais ou midiáticos e contribui na atribuição de sentido aos dados obtidos.

Para o tratamento dos dados pelo IRAMUTEQ, as entrevistas foram formatadas de acordo com o Tutorial para o Uso do Software de Análise Textual Iramuteq (CAMARGO; JUSTO, 2013). Foi constituído um único corpus composto por todas as entrevistas realizadas que iniciavam com uma linha estrelada contendo as seguintes variáveis: o tipo de aplicativo com que trabalhavam, a religião e o posicionamento político que declararam. A ideia de separar o tipo de aplicativo se baseia nas diferenças encontradas na literatura pelo tipo de trabalho realizado por cada aplicativo. Assim, cogitou-se a possibilidade de entregadores e motoristas configurarem grupos sociais diferentes e colocar o aplicativo como variável serviria para identificar discursos próprios de cada grupo. As demais variáveis selecionadas se justificam por uma observação da pesquisadora de que foram as mais contrastantes entre os participantes. A escolaridade, a faixa de renda e o estado civil dos participantes foram muito semelhantes e o gênero não variou, configurando-se a amostra apenas por pessoas cismasculinas. Neste sentido, a linha estrelada inicial de cada entrevista no corpus ficou da seguinte maneira: \*\*\*\* \*n\_1 \*app\_2 \*rel\_3 \*posic\_4.

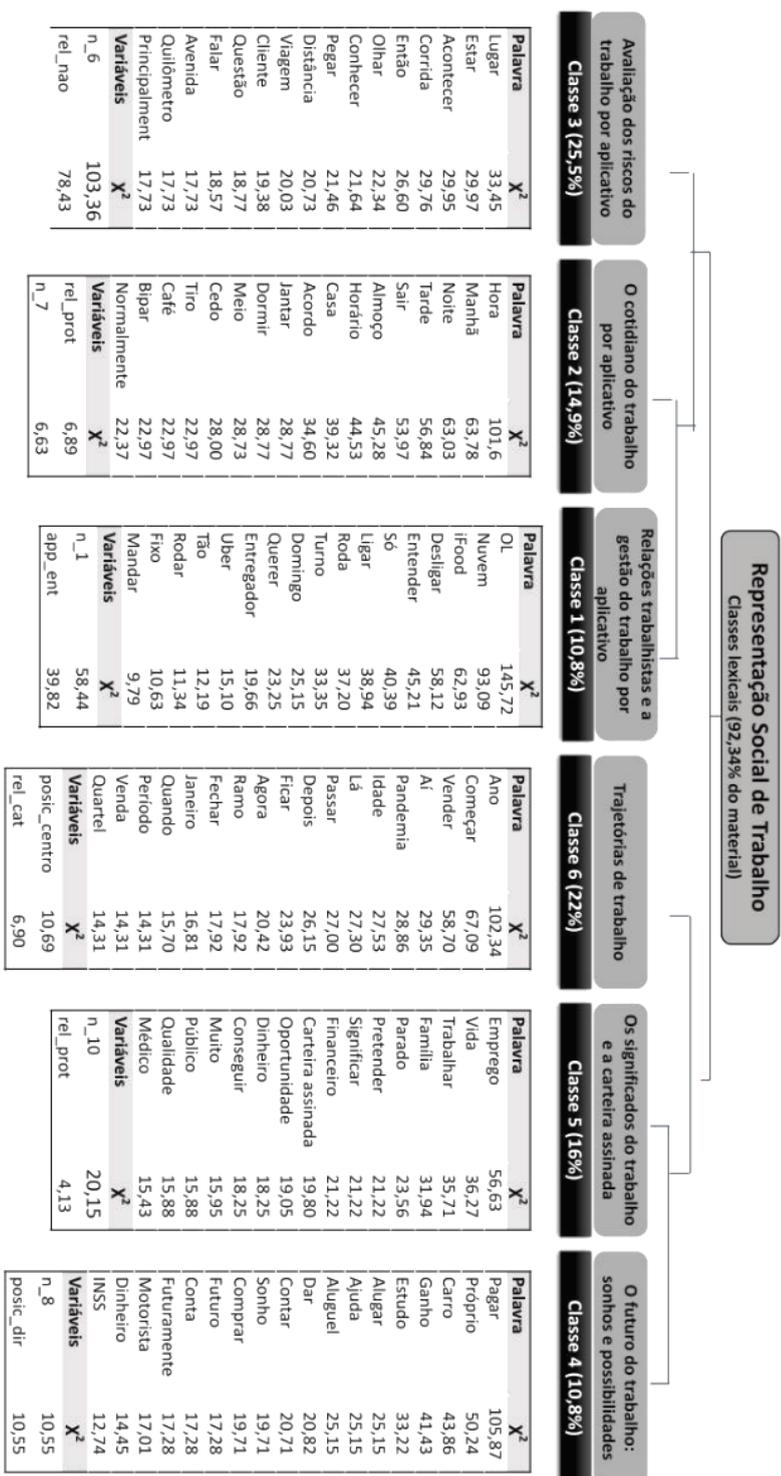
A partir desta formatação, o corpus foi submetido à realização de uma Classificação Hierárquica Descendente (C.H.D). A C.H.D contribui no sentido de favorecer a identificação de temáticas relativas aos conteúdos mencionados pelos participantes. Ela agrupa segmentos de textos de acordo com a semelhança de vocabulários, formando classes específicas, estáveis e definitivas (SOUSA, 2017). Tal análise retornou a separação do conteúdo das entrevistas em seis classes que serão apresentadas em seção específica. O dendrograma gerado pela C.H.D convida a pesquisadora a realizar uma análise mais minuciosa sobre os trechos de cada classe com o objetivo de conferir sentido à distribuição realizada pelo software através da nomeação de cada classe e da interpretação das especificidades que cada uma delas contém em relação à outra (MORAIS, 2013).

Além da C.H.D foi realizada uma Análise de Especificidades visando à comparação das formas linguísticas comuns a grupos diferentes (entregadores x motoristas por aplicativo), inseridos na análise como variáveis categóricas (SOUSA et. al., 2020), porém os resultados não foram significativos, demonstrando não ter diferenças maiores nas formas linguísticas dos diferentes grupos. Desta forma, compreendendo o resultado da C.H.D como suficiente para acessar as representações sociais articuladas com o cotidiano dos trabalhadores por aplicativo, optou-se por um aprofundamento maior em cada classe, no sentido de conferir robustez ao modo de analisar as entrevistas, assim como compreender e discutir o campo comum de representação acerca do trabalho por parte das pessoas ouvidas em articulação com o cenário econômico e social a partir do qual falamos.

## **5 RESULTADOS E ANÁLISES**

### **5.1. O TRABALHO NA PERSPECTIVA DOS TRABALHADORES POR APLICATIVO**

Depois de organizar as entrevistas e submeter os dados à C.H.D do IRAMUTEQ, o sistema produziu o seguinte dendrograma que separa e organiza os conteúdos eliciados pelos participantes:



**Fonte:** Elaborado pela autora a partir do dendrograma fornecido pelo IRAMUTEQ

Nele, é possível observar que o conteúdo textual se dividiu em seis classes, organizadas em dois eixos temáticos. O Eixo 1, composto pelas classes 3, 2 e 1, trata de aspectos relativos ao cotidiano prático dos trabalhadores por aplicativo, enquanto o eixo 2,

composto pelas classes 6, 5 e 4, traz conteúdos relativos ao sentido que os trabalhadores atribuem ao trabalho que realizam e ao espaço que este trabalho ocupa na vida, de maneira geral, de cada um. A organização das classes dentro dos eixos se deve às proximidades e diferenças lexicais que compõem cada classe. Em outras palavras, as classes que reúnem vocabulários coocorrentes, tendem a expressar a organização de um sentido em um mesmo eixo temático e, por consequência, se diferenciar das demais que, por sua vez, compõem outro eixo temático. A partir da análise de trechos das entrevistas que estão ligadas a cada classe, o trabalho do/a pesquisador/a é o de inferir o sentido da classe.

O desenho do dendrograma nos permite separar, nos discursos dos trabalhadores, aquilo que é relativo ao trabalho que desempenham (eixo 1), daquilo que o trabalho, de maneira geral, significa para eles (eixo 2). No dendrograma ainda é possível observar que mais de 90% das falas dos participantes foram aproveitadas para a composição das classes. Este dado comunica que, a grande parte do que foi dito em entrevista, versou sobre a relação da pessoa com a sua vida profissional de alguma maneira.

### **Eixo 1: Questões práticas do cotidiano de trabalho**

Este eixo reúne as classes em que os trabalhadores discorrem sobre o seu dia-a-dia, sobre a relação trabalhista com a plataforma em que exercem seus trabalhos e sobre a (auto)gestão do trabalho. Aqui eles mencionam aspectos relativos ao tipo de vínculo estabelecido com o aplicativo, como se organiza o pagamento, como é um dia de trabalho, entre outros aspectos. Neste eixo ainda há uma avaliação dos trabalhadores sobre o trabalho que realizam, pontuando aspectos negativos de seu trabalho na mesma medida em que lançam mão de exemplos práticos de situações positivas para justificar a continuidade do exercício.

### **CLASSE 3: Avaliação dos riscos do trabalho por aplicativo**

Quando avaliam o trabalho que realizam, os participantes falam dos riscos a que se expõem no seu trabalho e apontam aspectos negativos de seu cotidiano. Trechos como *“é que nem eu falei contigo é incerto tanto faz um dia bom como um dia ruim e a gente motoqueiro*

*quando trabalha no aplicativo tá toda hora no trânsito é risco de vida pode levar uma batida isso e aquilo*” (Participante 4, entregador) ou *“porque qualquer coisinha ali derrapar cair é você é o seu corpo diretamente no chão diretamente num carro de outra pessoa entendesse então é mais essa questão do risco”* (Participante 6, motorista), denunciam que estes riscos podem tanto estar ligados à insegurança física como os riscos de assalto, de acidentes de trânsito, quanto à instabilidade financeira (quando falam de “dia bom” e “dia ruim”) que termina ameaçando a segurança e a sobrevivência dos participantes.

Apesar de elencar os riscos a que estão expostos, os participantes procuram também reconhecer a existência de recompensas obtidas pelo trabalho no aplicativo. Geralmente essas recompensas estão relacionadas ao ganho financeiro, como demonstrado no trecho *“a gente motorista de aplicativo a gente tem o risco também mas a gente recebe bem tá entendendo dá pra você ganhar um trocadozinho muito bom mas se for viável o trabalho querendo ou não é muito bom né”* (Participante 7, motorista). Entre as recompensas do trabalho que realizam, a liberdade aparece como um reforço das motivações dos participantes para o trabalho com o aplicativo. A possibilidade de exercer uma atividade fora das quatro paredes de um escritório, em que é possível fazer escolhas por conta própria, parece ser também um componente da avaliação que fazem do trabalho que realizam, tanto de entrega quanto de transporte, conforme apontado no seguinte trecho: *“não tô preso só naquele local sem poder ver o mundo e não fazer nada então se eu tô entregando eu posso ir bem ali no shopping passear comer alguma coisa ou passar pela praia ver alguma coisa tem essas coisas entendeu essa diferença entendeu”* (Participante 1, entregador).

Quando avaliam o seu trabalho, aparece ainda mais um componente: a gratidão ao aplicativo. Falas como *“mas eu dou graças a Deus que apareceu né essa possibilidade porque ia ser muita gente desempregada fazendo muita besteira pelo meio da rua e é isso. Foi muito bom, foi muito bom esses aplicativos ter aparecido, tudinho”* (Participante 7, motorista) concedem às empresas-aplicativo a condição de solucionadoras da situação de desemprego formal no país, alinhando o posicionamento dos trabalhadores ao que Krein (2018) aponta como posicionamento destas empresas. A redução dos índices de desemprego, neste sentido, parece ser vista como responsabilidade individualizada de empregadores e de trabalhadores, afastando a parte estatal da relação.

As relações trabalhistas pelas quais passaram também são levadas em conta na hora de elencar riscos e benefícios do trabalho pelo aplicativo. Os participantes denunciam relações assimétricas e abusivas em empregos formais anteriores e destacam que o aplicativo permite uma nova forma de se relacionar com o trabalho. No trecho *“e tem essa questão de não ter*

*aquela cobrança excessiva então você não tem alguém cobrando pelo seu serviço principalmente aquelas cobranças aonde você recebe pouco e cobra muito”* (Participante 2, entregador) os participantes nos ajudam a direcionar o olhar para a forma de relação trabalhista que as empresas-aplicativo têm se ocupado de estabelecer na discussão social: um lugar flexível, em que há possibilidade de existir para além do trabalho, em que o trabalhador tem a oportunidade de decidir sobre sua jornada de trabalho, embora tenha também que arcar com as consequências financeiras de suas escolhas. Assim, as empresas-aplicativo vão conquistando um lugar de confiança junto aos trabalhadores/parceiros e vão contribuindo com a construção de um novo significado para o trabalho em que aparecem como a solução para o desemprego e a insegurança e ainda oferecem a possibilidade de um trabalho flexível e livre.

## **CLASSE 2: O cotidiano no trabalho pelo aplicativo**

Na Classe 2, foram reunidos os discursos dos participantes relativos às respostas nas quais descreviam um dia comum de trabalho . Assim, o conteúdo desta classe aborda os aspectos do cotidiano na prática do trabalho por aplicativo. Os trabalhadores demonstram que a prática orienta suas escolhas de horário para maximizar seus ganhos possíveis e os períodos de alta demanda pelo aplicativo. Há, também nesta classe, uma valorização da liberdade que se tem para definir a jornada, o local e o modo de trabalhar. Ao falar dos aspectos do cotidiano do trabalho e da liberdade de decisão, os participantes não parecem levar em conta o controle exercido pelas empresas-aplicativo sobre suas escolhas.

Trechos como *“bem no meu dia comum eu saio 7h, 7h30 da manhã e volto... sempre depende às vezes eu volto mais cedo, meio dia, às vezes 14h, às vezes 16h, não tenho horário certo”* (Participante 2, entregador) os trabalhadores demonstram que seu horário de trabalho não é fixo, sendo determinado pela quantidade de chamadas a que têm que responder para garantir a renda que desejam. Nestes casos, observa-se que há trabalhadores que têm uma jornada diária de mais de 10 horas de trabalho para garantir a média de dois salários mínimos mensais. A relação entre os resultados financeiros e o tempo que passam conectados ao aplicativo não parece ser levada em conta na defesa dos aspectos de liberdade garantido pelo trabalho no aplicativo e a incerteza da quantidade de chamadas, que causa instabilidade de remuneração não é vista como um risco do trabalho por aplicativo, mas como uma característica dele.

Quando falam “do dia 31, dia 01 até o dia 10 [de cada mês] é excelente, mas chegou dia 15 em diante até o final do mês dá aquela quedazinha nas chamadas aí fica complicado” (Participante 7, motorista), é possível observar que a prática do trabalho pelo aplicativo tem conferido aos trabalhadores a capacidade de reconhecer os períodos de alta e de baixa demanda do serviço e a consequente possibilidade de lançar mão de estratégias para garantir uma renda minimamente estável ao fim do mês. A responsabilidade, mais uma vez, é individualizada, de modo que até as empresas-aplicativo não são percebidas como parte nos ganhos dos participantes. O sucesso ou o fracasso financeiro é concernente apenas àquele que é visto como quem tem o poder de gerenciar o trabalho.

Ao descreverem o seu cotidiano no trabalho pelo aplicativo, os participantes destacam a possibilidade de suspender o trabalho em função de interesses pessoais, e o fato de não ter necessidade de horários fixos, o que lhes dá o sentimento de ser autônomos, livres e “donos de seu trabalho”. Trechos como “vai depender se eu tiver alguma programação para a noite, por exemplo, hoje mesmo... hoje eu tô pra receber meus cunhados em casa aí eu ia rodar no café da manhã” (Participante 3, entregador) e “no meu dia comum eu saio de casa de 8 horas... não tenho um horário fixo pra sair de casa, porque eu trabalho não trabalho para terceiros trabalho pra mim mesmo, então não tem aquele horário fixo pra sair” (Participante 8, motorista) os participantes reforçam a ideia promovida pelo ideal da pejetização. Uma vez que se constituem enquanto empresa, se tornam responsáveis pelas suas escolhas, pelo seu desempenho no trabalho, e ganham o direito de elencar suas prioridades.

Na Classe 2, os participantes demonstram que um dia comum no cotidiano do trabalho por aplicativo é livre de uma rotina específica, de um ambiente específico. Um dia comum pode ser atravessado por diversas questões como suas rotinas pessoais, seus hábitos, seus desejos e ambições. O fato de se constituírem como uma Pessoa Jurídica parece conferir a eles o direito de inserir o trabalho em sua vida pessoal e de gerenciá-lo da forma como os convir. A liberdade da autogerência, no entanto, mascara os aspectos de ameaça às garantias fornecidas por uma relação trabalhista formal como as férias, o descanso semanal remunerado, as pausas para alimentação, entre outras.

### **CLASSE 1: Relações trabalhistas e a gestão do trabalho pelo aplicativo**

Diferente da Classe 2, aqui os conteúdos tratam de aspectos da relação trabalhista entre o trabalhador e as empresas-aplicativo. Esta Classe reuniu os trechos em que os

participantes se ocuparam de apresentar as formas de vínculo que estabelecem com os aplicativos, as possibilidades de pagamento e os modos de organização dos horários de trabalho, como no trecho *“sabe disso não né? pronto, vê o nuvem é o que eu sou eu ligo o aplicativo quando eu quero e desligo quando eu quero tem outro tipo de entregador do ifood se tu passa ali na hub vai ter muito entregador”* (Participante 3, entregador) ou no trecho: *“porque para o nuvem, ele recebe toda semana, toda quarta feira. O OL [operador logístico] não, o OL a gente tem as datas de recebimento, onde a gente roda tipo 15 dias para a gente receber aquela quinzena. A gente tem direito a duas quinzenas no mês.”* (Participante 1, entregador).

Estas formas de vínculo e de organização do trabalho são estabelecidas pelo aplicativo e funcionam também como um meio de controlar os modos de trabalho dos “parceiros”. Neste sentido, apesar de os entregadores e motoristas se enxergarem enquanto chefes de si mesmos, percebe-se que as condições trabalhistas são determinadas em certa medida pelas empresas-aplicativo. Os aspectos da relação trabalhista apontados pelos trabalhadores no sentido de ressaltar a liberdade que percebem através do aplicativo e o fato de se considerarem os únicos responsáveis pelo sucesso ou pelo fracasso financeiro no trabalho não parecem ser uma questão para os trabalhadores por aplicativo.

De maneira semelhante à Classe 2, os trabalhadores demonstram também que as questões pessoais interpelam a rotina de trabalho, embora falas como *“a hora que eu quero... se eu quiser rodar, também, dizer a eles que não dá no meu turno pra eu rodar, trabalhar, eu não rodo entendesse? dá liberdade também não fico preso a só uma coisa”* (Participante 1, entregador) apontem mais para a relação do trabalhador com o empregador, seja o Operador Logístico ou o próprio aplicativo. A gestão do trabalho aparece novamente na Classe 1 em trechos como *“tem dia mesmo que eu digo “não, vou fazer outra coisa”. Trabalho sexta, sábado e domingo. Não que eu não trabalhe durante a semana, mas por exemplo, se eu trabalhar sexta, sábado e domingo, na segunda-feira eu já não trabalho já folgo”* (Participante 7, motorista). No entanto, aqui os trabalhadores parecem ter que ocupar o lugar, que as empresas-aplicativo não ocupam, de organizar seu cotidiano, suas escalas, suas folgas e o manejo do descanso de modo que não prejudique a relação com o aplicativo no sentido de serem penalizados com a diminuição das chamadas.

Esta é uma classe em que os conteúdos tratam especialmente de explicar as formas possíveis de relação com o aplicativo, as vantagens de um tipo de vínculo sobre o outro, como no caso dos operadores logísticos e dos entregadores tipo “nuvem”, e os manejos gerenciais. Desta forma, considera-se que, de certa forma, os participantes falam de seu trabalho de uma

perspectiva prática, do ponto de vista do dia-a-dia, dos pormenores das relações entre trabalhadores e empregadores. Os aspectos de ordem pessoal, do sentido do trabalho, não são relatados claramente quando se fala das questões práticas, porém é possível observar que determinados significados são privilegiados quando se explica a prática. No caso dos trabalhadores por aplicativo, os aspectos de liberdade e de autogestão, bem como as especificidades financeiras de uma forma de trabalho recente e desafiadora surgem como significados atribuídos ao trabalho diretamente relacionados às suas práticas.

## **Eixo 2: O sentido do trabalho**

Nas classes que compõem este eixo, os trabalhadores trazem o caminho que trilharam até começarem o trabalho pelo aplicativo, seus sonhos e aspirações, o sentido que atribuem ao trabalho que realizam e ao trabalho de maneira geral. Mencionam a perspectiva de futuro e projetos como a possibilidade de retomar os estudos ou de sair do país para “tentar a vida” se articulam com a realização de um trabalho que faça sentido nas suas vidas. Esse eixo, portanto, reúne as classes em que os sentidos do trabalho e do trabalhar são trazidos de maneira mais geral, mais desprendida do cotidiano do aplicativo. Assim, é possível identificar aspectos de uma teoria de senso comum sobre o trabalho que orientam as práticas dos trabalhadores junto ao aplicativo.

## **CLASSE 6: Trajetórias de trabalho**

O ponto de partida da entrevista realizada nesta pesquisa era uma solicitação para que os trabalhadores contassem suas trajetórias profissionais desde o início no mundo do trabalho até o momento profissional atual, junto ao aplicativo. A resposta a essa solicitação trouxe conteúdos de memória de trabalho infantil e a parte que as relações familiares têm na constituição dos significados de trabalho, como pode ser visto em trechos como: *“ah trabalhar eu comecei a trabalhar eu tinha uns oito anos de idade... oito, nove anos de idade que eu ajudava meu pai. A gente vendia produto de limpeza de carro, como cera e tal”* (Participante 9, motorista) ou *“eu comecei com dez anos de idade, na vidraçaria, ajudando meu tio. Aí com 18 anos foi a minha primeira carteira assinada que eu trabalhei na São Paulo Alpargatas, numa fábrica, certo? E daí eu não parei mais”* (Participante 5, motorista).

A Classe 6 reúne esses conteúdos. Nela, os trechos tratam dos motivos que levaram os participantes ao trabalho por aplicativo e destacam as situações de demissão ou de

desemprego há longo tempo, bem como a falta de oportunidades no mercado formal por conta da idade. Com os trechos *“na verdade meu último emprego foi na Saraiva né passei lá uns quase 6 anos e fui demitido da Saraiva e pra não ficar desempregado eu comecei a dirigir por aplicativo né”* (Participante 7, motorista) e *“pronto e o último currículo que eu botei agora foi no mês passado fiz a entrevista fiz a seleção tava dentro do perfil mas ele preferiu o mais novo era na área de vendas também”* (Participante 5, motorista) é possível perceber que o trabalho pelo aplicativo e a informalidade não são a primeira opção dos trabalhadores.

O trabalho pelo aplicativo é visto como um contexto temporário e transitório e os trabalhadores continuam tentando a retomada de um vínculo empregatício formal, como pode ser visto na seguinte fala: *“é temporário também. Mas também se eu não ver, assim, uma coisa que eu queira também que nem entregar, eu posso estar entregando e posso estar em outro trabalho também, entendeu?”* (Participante 1, entregador). Parece, então, que a liberdade oferecida pelo trabalho por aplicativo não é suficiente para satisfazer as necessidades materiais e psicológicas dos trabalhadores, de modo que o desejo pela segurança de um vínculo formal parece prevalecer e os participantes demonstram estar em busca de algo que dê a eles a garantia que o aplicativo não oferece.

A pandemia de COVID 19 também ocupa um espaço relevante na decisão dos participantes pelo trabalho por aplicativo. A emergência sanitária trouxe mudanças em diversas áreas da vida cotidiana, especialmente na esfera trabalhista, e contribuiu para que trabalhadores das mais diversas áreas tivessem o aplicativo como solução para a garantia de uma renda para a sobrevivência. Profissionais como fisioterapeutas, jornalistas e chefs de cozinha participaram desta pesquisa na condição de motoristas e entregadores por aplicativo e associaram a falta de oportunidade nas suas áreas de trabalho ao contexto pandêmico, como colocado pelo participante 6, motorista, quando diz *“foi aparecendo um paciente particular outro e por aí foi. Aí desde então eu vinha atendendo paciente particular. Sendo que aí, quando começou a pandemia, aí isso complicou um pouco né”*.

No contexto dos participantes desta pesquisa, o trabalho por aplicativo não se configura como a primeira opção, nem como a experiência de primeiro emprego. Observa-se que eventos externos e inesperados, como a pandemia de COVID 19 e as situações de demissão e desemprego, levaram os participantes à opção do aplicativo como a única forma de obter uma remuneração em um contexto social de crise e de crescente instabilidade econômica e trabalhista. Para os trabalhadores por aplicativo, trabalhar é condição de existência desde a infância, envolve relações familiares e está relacionado também com uma oportunidade de estabelecer relações formalizadas em um emprego que tenha possibilidade de

garantir a sobrevivência deles próprios e de seus familiares. A Classe 6 começa a nos apontar os sentidos que o trabalho, de maneira geral, ganha no pensamento compartilhado dos trabalhadores por aplicativo.

### **CLASSE 5: Os significados de trabalho e a carteira assinada**

A Classe 5 reúne trechos sobre o significado do trabalho para eles. A classe reúne conteúdos sobre o trabalho, como um meio de garantia de sobrevivência, de bem estar, de realização e valorização pessoal e de garantia de qualidade de vida para si mesmos e para seus familiares. Trechos como *“bem o trabalho significa o sustento e o bem estar da família mas também é algo que motiva. Motiva a gente pra gente melhorar como pessoa e melhorar nossa vida ter mais conforto e ter mais qualidade de vida mesmo”* (Participante 2, entregador) resumem os significados mencionados.

Percebe-se também, nesta classe, que há uma associação entre os conceitos de trabalho e de emprego, de modo que um pode ser traduzido no outro. A busca por um vínculo formalizado é aparente aqui e se observa que ter a carteira de trabalho assinada configura uma garantia de segurança e estabilidade que se contrapõe à vulnerabilidade a que estão expostos no trabalho pelo aplicativo. Em falas como *“eu tô buscando. Hoje mesmo eu fiz entrevista, então eu busco algo fixo de carteira assinada. Começar e daí crescer. Estudar e crescer dentro das empresas”* (Participante 2, entregador) ou *“não acho de fato a ideia de largar um emprego fixo, de carteira assinada, pra estar trabalhando apenas com aplicativo não”* (Participante 10, motorista) se nota que, apesar de se assemelhar à busca pelo emprego formal como descrito na Classe 6, aqui a carteira assinada ganha uma importância mais explícita como um instrumento que garante e assegura.

Trechos como *“pra mim o que significa trabalhar assim nossa é uma pergunta bem complexa né eu poderia pensar no óbvio assim significa sobrevivência né mas assim eu sempre vi o trabalho como uma ferramenta que molda o ser humano sabe”* (Participante 6, motorista) demonstram que, para além de ser tido como um meio de garantia de sobrevivência, o trabalho também é considerado como um modo de conquista de dignidade, uma forma de ser visto enquanto parte da sociedade, alguém que não está à margem mas que, ao contrário, pertence, como pode ser visualizado na fala do participante 1, quando diz: *“é melhor tá assim do que tá fazendo coisa errada roubando fazendo as coisa errada entendesse*

*pra mim não cola então pra mim eu ganhando ali meu pouco ou muito eu tô trabalhando tô fazendo meu dinheiro tô fazendo o meu ali entendesse”* (Participante 1, entregador).

Visto como ferramenta que forma e molda o caráter das pessoas, os trabalhadores parecem demandar uma contrapartida do empresariado no sentido de garantir o reconhecimento de que precisam e de oferecer oportunidades para que a realização pessoal seja o mais plena possível. O trecho *“se você ama o que você faz, a empresa é aquela empresa que enriquece o funcionário, satisfaz o funcionário, aí é um emprego bom. Mas quando você tem uma empresa que não lhe reconhece, aí o emprego passa a ser só uma responsabilidade e não algo que você diga ‘poxa é bom’”* (Participante 10, motorista) aponta, mais uma vez, para as interfaces que se fazem entre os conceitos de trabalho e de emprego, demonstrando que o significado do trabalhar é complexo e envolve instâncias que vão além do próprio trabalhador.

O trabalhador por aplicativo parece reconhecer que sua identidade social está articulada com o exercício de seu trabalho. Isso porque demandam reconhecimento de terceiros sobre seus pertencimentos e seu valor, na medida em que eles próprios o reconhecem, fortalecem sua autoimagem enquanto um grupo que tem o que acrescentar na relação de trabalho. A ideia de que o trabalho traz o sentimento de valor pessoal é também uma forma de atualizar elementos ideológicos que baseiam a construção social da realidade. Ao longo do tempo, o trabalho continua ocupando este lugar de oferecer dignidade, autonomia econômica, liberdade e reconhecimento do papel social, conforme já era descrito por Albornoz (1986/2017).

#### **CLASSE 4: O futuro do trabalho: sonhos e possibilidades**

A Classe 4 reúne discursos relativos aos projetos de trabalho no futuro. Os participantes falam da oportunidade de construir possibilidades de futuro diversas do contexto social em que estão hoje. Nesta classe, os trabalhadores falam de seus sonhos associando, inclusive, seu futuro profissional a uma retomada dos estudos. Em trechos como *“a minha área é do jornalismo e o meu sonho seria trabalhar com futebol”* (Participante 3, entregador) ou *“eu estudo pra fazer a prova da pm e o meu sonho mesmo é ser concursado ser concursado ter o meu certo todo mês”* (Participante 4, entregador), nota-se que a educação, assim como o trabalho, é uma responsabilidade individualizada e é elemento que possibilita a ascensão social. Os sonhos dos participantes desta pesquisa, associados a uma retomada dos estudos, demonstram também que a escolha pelo trabalho por aplicativo é de ordem prática,

de modo que os significados atribuídos ao trabalho vão além do cotidiano atual e se misturam com a busca por outras atividades de trabalho que ofereça as garantias de sobrevivência.

Porém, nem todos os participantes percebem na retomada dos estudos o lugar de possibilidade de desenvolvimento de uma carreira profissional. Falas como “*Caso não consiga [algo fixo], eu busco juntar um dinheiro e tirar a carteira [de habilitação] de moto ou de carro, que eu não tenho, e seguir nessa área tanto como entregador ou como motorista de passageiro. Melhoraria a renda bastante*” (Participante 2, entregador) nos dizem que o aplicativo também é visto como um meio que os trabalhadores percebem de se manterem ativos profissionalmente.

Aspectos como a idade e a limitação de qualificação também são levados em conta quando os trabalhadores falam de suas perspectivas para o futuro, como por exemplo: “*eu já to o que? Com 46 anos. Devido a idade, aí fica difícil arrumar emprego (...) Pronto, o último currículo que eu botei agora foi no mês passado. Fiz a entrevista, fiz a seleção, tava dentro do perfil mas ele preferiu o mais novo.*” (Participante 5, entregador). Deste modo, percebe-se que os trabalhadores compreendem que há uma parte da responsabilidade na inserção no mercado de trabalho que não compete a eles. Os ideais de uma sociedade que não pode envelhecer também são vistos nas relações trabalhistas. Observa-se, então, que apesar de manter a esperança em um retorno ao mercado de trabalho, alguns participantes não vislumbram espaço para eles próprios nas relações formalizadas. Assim, aparece o desejo de reduzir os esforços para se manterem no trabalho que já realizam hoje, como no exemplo acima, em que o participante 2 deseja a carteira de habilitação para começar a trabalhar em um veículo motorizado, e como no trecho “*mas a minha meta ainda é conseguir botar um gás no carro tudinho e aumentar meus ganhos e ficar até enquanto papai do céu permitir no aplicativo né*” (Participante 7, motorista).

Na falta de uma “carteira assinada”, os participantes encontram outra estratégia para alcançarem a estabilidade com que sonham. Trechos como “*Só que eu entendo também que talvez eu não consiga né? Trabalhar na área que eu sempre sonhei. E aí eu vou rodando no aplicativo, fazendo entrega e pagando meu INSS até que tenha uma oportunidade boa.*” (Participante 3, entregador), e “*E eu tô me programando pra ver se esse mês que vem aí eu já começar a pagar o meu INSS. Porque desde que eu saí da empresa eu não paguei mais, aí eu tenho que pagar.*” (Participante 9, motorista) demonstram que a aposentadoria, garantida pela contribuição com a previdência social, é uma forma de, ao mesmo tempo que garantem uma renda estável no futuro, reduzir os esforços para o trabalho uma vez que têm a possibilidade material de parar de trabalhar. Para pessoas que, muitas vezes, têm o trabalho como cotidiano

desde a infância por necessidade, a aposentadoria é uma forma de poder escolher se quer trabalhar ou não, como é possível depreender da seguinte fala: *“E você pode ter aquele dinheiro certo todo mês, vamos dizer um salário, mil e duzentos reais, mil e poucos... Daqui que eu me aposente, se deus quiser, vai estar maior, mas já ajuda no complemento, em outra renda, se você tiver trabalhando em outra coisa, tá entendendo? Já ajuda. É isso aí.”* (Participante 7, motorista).

Antes mesmo de falar sobre seus projetos e planos para o futuro no trabalho, os participantes trazem também as motivações para sua permanência no trabalho que realizam atualmente, como em: *“uma coisa que eu não gosto é de estar parado, fazendo nada. Eu sempre procuro tá... por mais que seja assim, um trabalho ruim, mas pra gente, assim, que é simples ou pobre, pode ser rico e tudo... a gente precisa... tipo, um trabalho digno, entendeu?”* (Participante 1, entregador). Uma vez que a prática do trabalho por aplicativo é, essencialmente, instável, é preciso que os trabalhadores - que buscam a estabilidade - encontrem justificativas para que este trabalho ganhe sentido de maneira geral em sua realidade pessoal e social, de modo que sua prática esteja alinhada com suas atitudes quanto à atividade que desenvolvem.

Nesta classe, os participantes parecem visualizar o trabalho por aplicativo como algo temporário, que tem sentido, mas que serve para fornecer a base para que possam conquistar os seus objetivos pessoais ou profissionais, como no trecho *“porque assim eu nunca gostei de estar pedindo nada dentro de casa a minha mãe a minha avó eu nunca gostei de ganhar nada dos outros eu sempre quis comprar com o meu próprio suor assim com meu próprio dinheiro”* (Participante 4, entregador), em que o trabalho ganha o sentido de garantidor da autonomia econômica, do poder e da independência a quem o realiza. Os participantes trazem, ainda que de maneira discreta, os lados negativos que percebem no trabalho que realizam como um incentivo para que busquem alternativas de profissões para exercer. Ao mesmo tempo reconhecem que o trabalho por aplicativo, como fonte de renda e garantia de sustento, os garante também a liberdade de tentar novos caminhos.

## 5.2 OS SISTEMAS DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO TRABALHO

A divisão dos eixos no dendrograma apresenta os pólos a partir dos quais se organizam os discursos dos trabalhadores por aplicativo relativos ao trabalho. Se de um lado, ao falar do seu cotidiano de trabalho atual, defendem e expõem a liberdade que o aplicativo proporciona, por outro lado, tendem a associar o significado do trabalho às relações formais

de emprego e reconhecem a carteira assinada como importante elemento da garantia de segurança em uma relação trabalhista. À primeira vista, observa-se que os trabalhadores por aplicativo, independente do seu formato de trabalho, compartilham significados homogêneos acerca do trabalho. Em primeiro lugar, os significados dão conta de que o trabalho tem a capacidade de conferir dignidade ao sujeito e de posicioná-lo no contexto social, retirando-o da marginalidade. O trabalho tem, ainda, a condição de formador de um caráter adequado socialmente.

Aspectos como a independência, a autonomia econômica, a liberdade e a garantia de provisão de suas necessidades e dos seus familiares também configuram o significado de trabalho no cenário social do qual partem os trabalhadores por aplicativo. Este trabalho tem parte, ainda, na constituição das identidades sociais de sujeitos adultos, uma vez que os participantes desta pesquisa compreendem que a sua autoimagem e o valor pessoal tem relação com o reconhecimento social do papel que desempenham na sociedade. Os trabalhadores por aplicativo demonstram em suas falas que o trabalho deve estar inserido em nosso cotidiano, de modo que nossas pertencas possam ser outras para além dele, de modo que o tempo de vida possa ser utilizado em outros contextos. Para isso prezam pela flexibilidade que consideram ser garantida pelo trabalho no aplicativo, ainda que desejem a segurança material de um trabalho formal, nos convidando a revisitar nossa relação com a organização trabalhista na sociedade brasileira de modo que possamos problematizar as jornadas diárias de trabalho e a qualidade de vida no trabalho, por exemplo.

Não houve uma diferença significativa nos conteúdos de representação social relacionados ao trabalho, eliciados por entregadores e motoristas. Pelo contrário, ambas as categorias parecem visualizar os lados positivos e negativos do exercício do seu trabalho, na medida em que o reconhecem como uma solução temporária para a garantia de uma remuneração básica para sobrevivência. A temporariedade do trabalho pelo aplicativo é também traduzida pelo desejo dos participantes de retomarem os estudos com o objetivo de alcançar melhores posições no mercado de trabalho. O estudo como possibilidade de ascensão social é visto como responsabilidade individual, de modo que a garantia do acesso à educação como contrapartida estatal não é discutida pelos trabalhadores.

Percebe-se, então, que os significados do trabalho são construídos de maneira articulada com outros objetos e fenômenos. Para os trabalhadores por aplicativo, o trabalho ganha significados associados à prática cotidiana e que são ancorados em um sistema de pensamentos pré estabelecidos e de valores culturais transmitidos, inclusive, através da família. A liberdade, por exemplo, é um tema que aparece de maneira transversal em todas as classes produzidas pela C.H.D, configurando uma articulação relevante com o significado do trabalho. Da mesma forma, a dignidade e o acesso à educação são elementos de ancoragem que compõem os sistemas de representações sociais do trabalho para os entregadores e motoristas por aplicativo.

A emersão desses temas nas falas dos trabalhadores por aplicativo nos impele a desenvolver tais articulações com os significados do trabalho e com os demais fenômenos sociais atuais. Os elementos do ideal neoliberal, bem como o posicionamento político dos trabalhadores também entram na discussão, uma vez que se considera a ideia de que as pertencas grupais e o contexto sociocultural são partes importantes da constituição das teorias de senso comum sobre o trabalho de entregadores e motoristas por aplicativo.

### **5.2.1 Trabalho e Liberdade**

Apesar de ser recente, o trabalho por aplicativo é desenvolvido por trabalhadores que têm visões já estabelecidas sobre trabalho e que constroem representações sociais sobre o tema a partir de inserções sociais anteriores às relações de trabalho. De acordo com Albornoz (1986), o trabalho humano se distingue dos demais por conta de uma liberdade que nos permite parar, inovar e questionar o que fazemos, reforçando a ideia de intencionalidade do trabalho humano na medida em que este é guiado por mais do que o instinto. Ao mesmo tempo, segundo a autora, o trabalho se configura como um meio de garantia de sobrevivência social.

A realidade, no entanto, é que nem todas as atividades de trabalho permitem a inovação, o questionamento, a criação. Enquanto os trabalhos considerados de ordem intelectual permitem e incentivam a mobilização de si mesmos, os trabalhos tidos como de ordem física e corporal, como os de linha de produção, se pautam na repetição e na

automatização, de modo que a margem de questionamento e de criação dos trabalhadores fica comprometida. É em oposição a esta última forma de trabalho que os participantes desta pesquisa se posicionam. A liberdade percebida pelos entregadores e pelos motoristas é a liberdade de gerenciar o próprio trabalho. É a possibilidade de criar novas rotinas e formas de atingir o objetivo. É a autonomia de decidir quando e por quanto tempo fazer o que fazem a cada dia de acordo com seus próprios desejos e interesses.

Os trabalhadores parecem atualizar o significado do trabalho de modo que este se ajuste à realidade laboral que o contexto do trabalho por aplicativo oferece. As representações do trabalho, então, parecem responder à função de orientação de condutas. De acordo com Bertoni e Galinkin (2017), na função de orientação, as representações produzem um sistema de antecipações e expectativas sobre a realidade e definem o que é lícito, tolerável ou aceitável em um dado contexto social. Para os trabalhadores por aplicativo, associar o significado de trabalho à liberdade, permite que a configuração do trabalho realizado por eles, seja de entrega ou de transporte de passageiros, ganhe sentido. Assim, compreende-se a naturalização e até a defesa, por parte dos trabalhadores, da ausência de vínculos empregatícios, da disponibilidade total para o trabalho sem uma jornada diária preestabelecida, entre outros aspectos considerados legítimos na dinâmica trabalhista. Uma vez que as teorias que baseiam a compreensão dos sujeitos sobre o exercício de um trabalho falam sobre a liberdade de escolher seu próprio horário e os locais onde devem trabalhar, por exemplo, a busca por um cotidiano laboral que traduza este significado coaduna com os posicionamentos dos sujeitos.

Conforme definida por Albornoz (1986), a liberdade de trabalhar se assemelha às diversas possibilidades de modos de realizar determinada atividade. Desta mesma forma parecem compreender o trabalho os participantes desta pesquisa: a possibilidade de ligar o aplicativo quando quiser, de ir a uma praia ou ao shopping “no horário do expediente”, de parar de trabalhar na hora que desejar é o que chamam de liberdade. O que parece não entrar em discussão é que a dinâmica do trabalho de entrega e de transporte por aplicativo faz com que o uso desta liberdade interfira não só nos ganhos financeiros, mas também na relação com

o aplicativo, já que a quantidade de horas conectado determina a quantidade de chamadas disponíveis para cada profissional.

A defesa da condição de “dono do próprio trabalho”, a constituição de si como empresa coloca os entregadores e motoristas em um alinhamento com a ideia de liberdade e com o incentivo ao empreendedorismo - mesmo que por necessidade - oferecida pelos aplicativos que, neste sentido, está ancorada em um ideal neoliberal que tem efeitos nas relações trabalhistas. Percebe-se, então, que a ideia da pejetização como uma solução para as relações de emprego e trabalho, está incutida na construção de representações sociais sobre o trabalho por parte dos entregadores e motoristas por aplicativo. E, ao mesmo tempo em que se consideram donos do seu trabalho, chefes de si mesmos e únicos responsáveis pela gerência do trabalho que executam, os trabalhadores por aplicativo, por vezes, não são donos nem dos veículos com que trabalham - carros ou motocicletas.

Enquanto tentativa do capital de reduzir os custos trabalhistas de garantia de direitos, a pejetização é uma prática de descaracterização das relações de emprego que precariza o trabalho na medida em que lança os trabalhadores à própria sorte (SILVA, RAVNJAK, 2020). Legitimado pela legislação trabalhista desde 2017, o fenômeno da “pejetização” é colocado como solução para o desemprego na medida em que transforma os trabalhadores em pessoas jurídicas que podem se relacionar de maneira igualitária com os empregadores e, por isso mesmo, podem encontrar trabalho de maneira mais facilitada. O disfarce da relação trabalhista é incorporado ao ideal de um trabalho que reflete a liberdade individual e aparece no discurso de entregadores e motoristas como uma forma de resistir e superar as relações hostis e inseguras de empregos formais.

De acordo com Filgueiras e Antunes (2020), a ideia de expansão de oportunidades faz com que as plataformas digitais reforcem a ideia de que o sucesso, especialmente no trabalho, depende apenas do trabalhador, através de uma suposta democratização dos meios de produção - neste caso os veículos, os smartphones e a condição de “parceiros”. Para os autores, “a narrativa do capital é um elemento central para, ao escamotear sua natureza, alcançar com maior eficiência seus objetivos” (p. 60).

Os autores defendem que o ideal de liberdade e flexibilidade é propagado pelas empresas-aplicativo e que ele constitui uma transferência de risco que aumenta a possibilidade de controle sobre os trabalhadores, uma vez que a liberdade oferecida significa também ausência de garantia de salário e aumento dos custos fixos, convertidos em responsabilidade dos trabalhadores. A partir dos resultados observados na C.H.D, é possível observar que o discurso relativo à liberdade é transmitido e incorporado nos discursos dos trabalhadores e atuam no sentido de fortalecer o significado que este trabalho adquire no cotidiano de cada um.

A dimensão da liberdade de trabalhar através do aplicativo ainda permite que o trabalhador visite e reconstrua sua identidade social a partir da valorização das características do grupo do qual se fala. A liberdade, neste sentido, faz com que as representações sociais de trabalho adquiram função identitária, na medida em que funcionam no sentido de proteger as especificidades do grupo a partir do qual falam. Durante as entrevistas, os participantes mencionam os sonhos profissionais que tinham ou têm, geralmente relacionados a profissões tradicionais como médicos, jogadores de futebol ou jornalistas, ao mesmo tempo que trazem à pauta a impossibilidade de seguirem os sonhos de criança. Assim, a liberdade como a principal característica do trabalho que realizam hoje, junto ao aspecto financeiro, reforça a imagem positiva do grupo do qual fazem parte para que os trabalhadores possam se reconhecer enquanto pertencentes.

Da mesma forma, uma vez que incluímos narrativas de terceiros sobre aspectos nossos na constituição de nossas identidades (BENDASSOLLI, 2007), o aspecto da liberdade surge como narrativa do capital para construir nossas pertencências sociais. Segundo Antunes (2018), o trabalho é um meio cada vez mais importante para garantir a sobrevivência das pessoas e, se o cenário trabalhista é de instabilidade, precariedade e aumento dos índices de desemprego, é preciso encontrar também justificativas, do ponto de vista psicológico, para continuar encontrando alternativas de trabalho e valorizar as alternativas encontradas. Assim, os trabalhadores por aplicativo lançam mão da ideia de liberdade como uma das maiores vantagens do exercício do trabalho por aplicativo, como para demarcar a valorização do grupo

do qual fazem parte, apesar de reconhecerem as limitações do trabalho e os riscos a que estão expostos.

### **5.2.2 Trabalho e Dignidade**

Ao mesmo tempo em que celebram a liberdade proporcionada pelo trabalho que exercem, os trabalhadores parecem desejar a segurança que percebem nos vínculos formais, através da carteira assinada. Aqui, o trabalho se ancora nas ideias sobre segurança na sociedade, demonstrando na prática o que é defendido por Albornoz (1986), quando afirma que o desejo de segurança é parte do conceito de trabalho. Conforme colocado por Antunes (2018) as pessoas dependem cada vez mais de forma exclusiva do trabalho para sobreviver. Neste sentido, do ponto de vista de uma vida prática para além das teorias que se pode construir, o trabalho que faz sentido para a classe trabalhadora precisa oferecer uma garantia de sobrevivência material.

A carteira assinada pode funcionar também como um modo de “tornar concreto o que é abstrato” (SANTOS, 2005); uma forma de objetivar a relação trabalhista em um instrumento que a torne real e que, de uma forma ou de outra, ofereça garantias. A objetivação tem a característica de assegurar a comunicação social e organizar as formas de vida em sociedade e, neste caso, a carteira assinada aparece como um meio de favorecer o equilíbrio na relação entre empregador e empregado, uma vez que os trabalhadores reconhecem-na como um reflexo do significado de trabalho.

Na fala dos participantes, a carteira assinada aparece para falar sobre seus desejos futuros, seus caminhos até chegar ao trabalho por aplicativo e sobre as diferenças entre o trabalho por aplicativo e o trabalho formal que realizam ou que já realizaram. Desta forma, observa-se que os significados de trabalho são permeados pelo instrumento da carteira assinada desde o início da vida profissional destes trabalhadores que, por muitas vezes, tem início na infância ou adolescência e expressam também seus desejos para um futuro seguro.

A carteira de trabalho surge no governo Vargas, na década de 1930 e tem o objetivo de identificar o trabalhador e todo o seu percurso dentro das empresas em que trabalha, ao mesmo tempo em que confere ao trabalhador a garantia de direitos básicos, desde que ele

fosse filiado a algum sindicato que o governo considerasse legal (SCHNEIDER, 2013). Ao longo de sua história a carteira de trabalho passa de um documento básico para que todo trabalhador tivesse meios de reivindicar a garantia de seus direitos trabalhistas e previdenciários (SCHNEIDER, 2013) a um instrumento que é visto como entrave às relações de trabalho, na medida em que torna-se possível realizar contratações que não levem em consideração um vínculo formalizado.

A associação entre a carteira de trabalho assinada e a garantia de segurança e estabilidade no trabalho, neste sentido, retoma uma ideia construída pela classe trabalhadora desde muito tempo e que é transmitida de geração a geração até que pessoas que realizam um trabalho com formato recente e globalizado reconheçam a importância daquilo que nos trouxe até aqui.

O anseio pela carteira assinada como uma forma de garantir um trabalho seguro não se opõe ao desejo de liberdade na gestão do cotidiano de trabalho e pela flexibilidade de jornada. Em estudo semelhante, Sastre, Oltramari e Vaclavik (2019) encontraram que independente do formato de vínculo empregatício, os trabalhadores desejam uma maior flexibilidade nas relações de trabalho. Isto pode demonstrar um desejo da classe trabalhadora de ter maior participação nas decisões relativas à gestão do trabalho. Um desejo de mudar a perspectiva e fazer o trabalho ser uma parte do todo que é a vida.

A materialização do trabalho no instrumento da carteira profissional assinada traz consigo a associação deste objeto com significados outros que atuam na formação social anterior do indivíduo: a ideia de dignidade, o trabalho como instrumento de realização pessoal e de estabilidade e a própria ideia da liberdade e autonomia econômica proporcionada pelo exercício de um trabalho, delineiam o caminho que a teoria sobre o trabalho vai percorrer no sistema de pensamentos pré-existentes dos entregadores e motoristas que participaram desta pesquisa. Quando trazem à discussão o significado do trabalho para si próprios, os trabalhadores constroem uma hierarquia de objetos relacionados que alteram o objeto que representam e estabelecem uma rede de significações em torno deste objeto, construindo o que Moscovici (1961/2012) define por ancoragem.

A rede de significações que rodeia o objeto demonstra também que as teorias sobre o trabalho não se constroem em um vácuo social e que, por isso mesmo, não podem ser consideradas como isoladas no mundo (SANTOS; ALÉSSIO, 2022), mas sempre em articulação com significados outros presentes na formação das pessoas em sociedade. A concepção que se faz sobre o papel do homem na família e a própria ideia de família contribuem para a construção do significado de trabalho para os participantes desta pesquisa. Da mesma forma, as teorias construídas sobre autonomia e sobre dignidade se articulam com o trabalho de modo que torna-se difícil - e até pouco proveitoso - determinar a representação que veio antes e a que veio depois na tessitura dessa rede. Os entrelaces entre os objetos nos apontam o caminho que termina por nos apresentar a hierarquia de pensamentos e teorias que são mobilizados quando o trabalho é o ponto de partida das evocações, e nos ajudam a compreender na prática o que nos mostra, na teoria, o conceito de ancoragem enquanto processo fundante dos sistemas de representações sociais (FÉLIX, et. al., 2016).

Ao mesmo tempo que o trabalho se relaciona à dignidade e à autonomia, o não-trabalho é sinônimo de marginalidade e de uma falta individual. O sujeito adulto que não trabalha é associado a alguém dependente e acomodado, como se o cenário social não tivesse parte na situação de desemprego a que muitos estão sujeitos. Olhar para o não trabalho é também uma forma de entender como se formam as teorias sobre o trabalho e com que estas se relacionam no cenário social.

O desemprego é um fenômeno antigo e estruturante do sistema capitalista (ANTUNES, 1999), mas não por isso ele torna-se sem efeitos na população. Visto como algo a ser fortemente combatido, a ameaça ao desemprego traz consigo reações emocionais que colocam os trabalhadores em um estado de alerta contínuo em que se responsabilizam pelo seu sucesso ou fracasso nas relações trabalhistas de maneira individual e isolada. Silva, Albuquerque e Lopes (2021) demonstraram que a ameaça do desemprego ao trabalhador traz efeitos nas condições de saúde mental da categoria e, especialmente no período pandêmico, aumenta a sensação de insegurança psicológica e também física, uma vez que traz consigo a ameaça de repercussões econômicas para a sobrevivência do trabalhador e de seus dependentes.

Desta relação com o não-trabalho pode-se compreender o sentimento de gratidão aos aplicativos e a compreensão destas plataformas como solução de auferimento de renda, conforme defendido por Krein (2018), através do trabalho honesto e reforçador da dignidade humana. Se é preciso encontrar novas formas de sobreviver através do trabalho, dados os significados que este trabalho têm para a classe trabalhadora, o aplicativo aparece como a “tábua de salvação” em um sistema econômico que requer cada vez menos força de trabalho (TUMOLO; TUMOLO, 2004).

Pensar o desemprego ou o não-trabalho como algo tão ameaçador, nos aponta caminhos para o significado do trabalho: mantenedor, realizador, garantidor, que confere autonomia, que concede possibilidades de vida, dignidade, que dá o senso de responsabilidade e que reforça os papéis ocupados nas relações familiares. Para Franz e Barcellos (2014), no entanto, a dignidade não é adquirida com o trabalho, mas uma propriedade inata ao ser humano e garantida legalmente que é apropriada pelo capital para fazer das pessoas um meio de alavancar o consumo e favorecer uma minoria privilegiada. Fato é que a venda da dignidade como resultado do trabalho faz parte do pensamento social sobre o tema. Já permeia nossas comunicações sobre os significados de trabalho e orienta nossos modos de existir.

### **5.2.3 Trabalho, Estudo e Ascensão Social**

Entre as relações do trabalho com os demais objetos, há uma que deve ser tratada em particular: a relação entre trabalho e estudo tem um espaço significativo nas falas dos participantes desta pesquisa, especialmente quando relatam seus projetos de trabalho para o futuro. O sucesso no trabalho parece ser compreendido como um resultado direto da formação e do nível de escolaridade das pessoas, mesmo para aqueles que já possuem formação em curso superior e ainda não conseguiram colocação profissional na própria área. O retorno ao sistema de educação formal, no contexto desta pesquisa, parece ser associado a uma possibilidade de ascensão social e à solução para o cenário de desemprego que se estabelece no contexto social.

A ascensão social possibilitada pela retomada dos estudos com o objetivo de alcançar melhores postos de trabalho é vista como responsabilidade individual e, mais uma vez, a parte empresarial e do Estado é retirada da pauta e, desta forma, as políticas de geração de emprego e renda vão perdendo importância no cenário social, para se voltar as vistas aos indivíduos. Se são empregáveis ou não (FRIGOTTO, 2021), se são qualificados ou não. Tal caminho é resultado também da economia da educação que surge enquanto meio de associar a educação ao desenvolvimento econômico, ao emprego e à ascensão social (FRIGOTTO, 2021). Para o autor, em cenários de crise, de desemprego e na tentativa de estabelecer novas ordens mundiais, a escola passa a ser vista como local de formação para a empregabilidade ou para o desemprego.

Tendo em vista que a educação formal é elemento de valorização social no Brasil, ou seja, quanto maior o nível de escolaridade, maior também o prestígio social, observa-se que associar o sucesso no trabalho ao nível de escolaridade e à continuidade da formação acadêmica é uma forma de deixar claro que os trabalhadores seguem tentando se tornar empregáveis e qualificados, com o objetivo do retorno de um vínculo formal. Demonstra, talvez, que esta economia da educação da qual se fala já foi compreendida pelas pessoas e agora suas buscas são de atuar segundo seus preceitos. Demonstra, sobretudo, que as representações sociais não são construídas em um vazio social, mas que em tudo que vivemos há referências para os significados que atribuímos às coisas. Como afirma Jodelet (2011), o conteúdo das representações sociais expressam a dinâmica social na qual o sujeito se insere, demonstrando que sujeito e sociedade são unidades interativas.

A representação social da educação se articula com a representação social de trabalho e, neste sentido, compõe a rede de articulações de significados que ajudam os trabalhadores a se posicionar no mundo e a orientar suas comunicações e suas pertencas. Para Santos e Aléssio (2022), é possível identificar um sistema de representações sociais quando se identifica a articulação e a organização de conteúdos representacionais diversos, ligados a distintos objetos que aparecem nos discursos das pessoas. No caso desta pesquisa, a relação entre os dois objetos vai se costurando ao longo de suas falas. Os participantes falam sobre a retomada dos estudos quando perguntados sobre os planos de trabalho para o futuro, como no

trecho “*Assim, o meu futuro, o que eu quero pra mim é... Hoje em dia eu estudo. Eu estudo pra fazer a prova da PM e o meu sonho mesmo é ser concursado*” (Participante 4, entregador), demonstrando que o desejo da estabilidade se sobressai à busca pela liberdade e pela autonomia promovidas pelo aplicativo. Alguns trabalhadores, durante sua fala, mencionam que o maior nível de escolaridade é o que deve possibilitar a eles melhores postos de trabalho, reforçando a ideia do estudo como instrumento de ascensão social, como é possível observar em “*A gente sabe que o mercado de trabalho hoje em dia tá muito, tá filtrando bastante, né, assim, e a gente sabe que profissionais formam-se de carrada né, todo semestre, entendeu? Então é necessário ter um diferencial no seu currículo.*” (Participante 6, motorista).

Porém, a educação como forma de ascensão social não é unanimidade. Para alguns trabalhadores, a retomada dos estudos formalizados não parece ser uma opção. Os planos de trabalho para o futuro de trabalhadores mais velhos envolvem reduzir os esforços na realização do trabalho cotidiano ao mesmo tempo que se mantêm ativos profissionalmente. Ainda neste cenário, os significados atribuídos à educação são balizadores da representação social de trabalho porque os trabalhadores delimitam suas possibilidades e projetos de trabalho a partir do que percebem que podem alcançar com seu nível de escolaridade, como em “*com meu estudo não dava pra ser médico se eu não me esforçasse. Mas aí foi um sonho que foi ficando um pouco distante né?*” (Participante 9, motorista).

No entanto, colocar a opção pelos estudos como responsabilidade única do trabalhador, é ignorar o contexto social a partir do qual se fala. É negar que, na maior parte das vezes, a escolha pela continuidade na formação acadêmica não é possibilitada àqueles que, como muitos participantes desta pesquisa, precisam trabalhar para sobreviver e manter suas famílias. Importa, portanto, remontar à construção social que se faz para que tais representações sociais encontrem terreno em nossa organização societária. Pensar que as representações sociais cumprem uma função social, neste caso, nos ajuda a rever as articulações que se fazem entre a educação e o trabalho. Os trabalhadores percebem, então, que a educação permite o acesso a lugares e experiências diferentes das que têm hoje. Percebem que maior nível de escolaridade traz consigo postos de trabalho que requerem

menos esforço ou exposição aos riscos que o trabalho por aplicativo. E, tendo em vista que o trabalho ocupa o lugar de instrumento para a realização de desejos pessoais (MAIA; MANCIBO, 2010), ancoram os significados do trabalho nos significados da educação, construindo uma rede de representações que confere sentido global à realidade (SANTOS; ALÉSSIO, 2022).

#### 5.2.4 Trabalho e Política

Para Pinheiro-Machado (2022), apesar de ser lugar de alienação, o trabalho também é terreno de resistência e, por isso mesmo, lugar de efervescência política. No caso do trabalho por aplicativo, a autora afirma que há um componente ideológico antidemocrático que vem atrelado às formas de trabalho precarizado como os que se fazem nas plataformas digitais. Para os participantes da pesquisa, as questões relativas ao trabalho, sob qualquer aspecto, são vistas como elemento de responsabilidade individual. Assim, os trabalhadores parecem não levar em conta a parte que as empresas-aplicativo têm nas relações trabalhistas, considerando o sucesso e o fracasso - especialmente financeiro - como resultado único da dedicação profissional para um trabalho que, por vezes, é considerado difícil e arriscado, mas que traz retornos recompensadores.

Em trechos como *“tem gente que faz curso aí e não ganha quatro ou cinco mil por mês”* ou *“como tem amigo meu que roda no uber a mesma quantidade que eu rodo de horas e eles tiram seis mil. Por mês. Rodando direitinho”* (Participante 9, motorista), percebe-se que é preciso que o próprio trabalhador se responsabilize pela quantidade de horas trabalhadas e pelos custos deste trabalho unilateralmente enquanto as empresas-aplicativo apenas retêm seus lucros com políticas de pagamento agressivas e obscuras. A responsabilização individual pelo sucesso e pelo fracasso, mesmo em face a uma política de precificação do trabalho individual e não transparente leva ao que Bruno (2019) conceituou de racionalidade algorítmica: *“um modelo de racionalidade onde os algoritmos ocupam um lugar central nos processos de conhecimento de uma certa realidade”* na mesma medida que esta racionalidade constrói as formas de posicionamento dos sujeitos no mundo.

Para Bruno (2019) a racionalidade algorítmica está diretamente relacionada ao neoliberalismo que reforça as escolhas e responsabilizações individuais, a autogestão e a competição. E a forma de trabalho por aplicativo, por sua vez, se utiliza deste ideal para ganhar aderência dos chamados parceiros. A autora afirma que a falta de perspectivas coletivas de projetos e horizontes incita uma busca por empreendimentos individuais e nestes casos o algoritmo aparece como aliado para a tomada de decisões “tecnicamente assistidas”. Pinheiro-Machado (2022) coloca, ainda, que a escassez da convivência entre as pessoas, característica do século XXI, contribui para que determinadas funções sejam feitas de maneira isolada e mediada pelas plataformas digitais.

Este cenário enfraquece as organizações trabalhistas, sindicais e políticas e contribui para as crescentes formas de despolitização e desmobilização que terminam por alastrar o ideal neoliberal e antidemocrático em uma massa de trabalhadores que se organiza a partir de tal perspectiva de trabalho. Porém, ao mesmo tempo que o empresariado tenta afastar as construções coletivas das relações de trabalho, os trabalhadores resistem. Fenômenos como o “breque dos apps”, mobilização grevista organizada majoritariamente por entregadores no ano de 2020, demonstram organização política da categoria que, necessariamente coletiva, encontra meios de reinventar o trabalho cotidiano e reivindicar direitos ameaçados pela relação trabalhista com as empresas-aplicativo.

O breque dos apps foi liderado por um grupo nomeado “Entregadores Antifascistas” e buscou denunciar a mudança das políticas dos aplicativos, melhorar as condições de trabalho e de ganhos financeiros e reivindicar a parte dos aplicativos na relação trabalhista através de amparo aos trabalhadores. A mobilização dos trabalhadores foi feita em cooperação com o sindicato de motoboys do estado de São Paulo (AMORIM et. al., 2020), mas alcançou a todo o país, de modo que se pôde evidenciar não somente a essencialidade do trabalhador por aplicativo, especialmente durante a pandemia de COVID-19, mas principalmente a força política que a categoria tem conquistado através de suas lutas (DELGADO; CARVALHO, 2020). A paralisação dos trabalhadores de entrega por aplicativo como forma de resistência às ameaças e às negações aos direitos dos trabalhadores é símbolo de uma base democrática (DELGADO; CARVALHO, 2020) a partir da qual se deveriam estabelecer as relações

trabalhistas digitais. E se levanta contra as despolitizações e a crescente neoliberal e antidemocrática colocada por Pinheiro-Machado (2022).

Porém, a base democrática a partir da qual se organizou o movimento dos trabalhadores em 2020 não anula o espaço que o ideal neoliberal tem encontrado na categoria dos trabalhadores por aplicativo. De acordo com o IPEA, em 2022 o Brasil contava com cerca de 1,5 milhão de trabalhadores por aplicativo, entre entregadores e motoristas (TOKARNIA, 2022). Em uma categoria tão populosa não é possível esperar unidade de posicionamento político de modo que, também nesta pesquisa, encontraram-se pessoas que se consideram de esquerda, pessoas que se consideram de direita, as que se definem enquanto posicionadas ao centro e aquelas que declaram não acreditar em política e por isso mesmo não ter posicionamento quanto ao tema.

O que se evidencia, neste sentido, é que se os trabalhadores não se organizam politicamente, as possibilidades políticas organizam os trabalhadores. No caso dos trabalhadores por aplicativo, apesar da dinâmica de individualização proposta pela mediação digital do trabalho, a organização sindical tem ganhado espaço. Em Recife, por exemplo, o SEAMBAPE (Sindicato dos Trabalhadores Entregadores, Empregados e Autônomos de Moto e Bicicleta por Aplicativo do Estado de Pernambuco) tem contribuído com a organização da categoria. Desde 2017 a entidade atua no sentido de fortalecer a luta pelos direitos e pela regulamentação da profissão dos entregadores. Em Salvador, o SINDMAB (Sindicato dos Motoristas por Aplicativo) fortalece a mesma luta na busca de reconhecer a categoria pela qual luta como uma profissão (ACCARINI; MUNIZ, 2022).

No entanto, organizados ou não, o ideal neoliberal vai se estabelecendo no discurso e na prática de trabalhadores por aplicativo. A incorporação do discurso da liberdade oferecida pelos aplicativos mascara uma auto responsabilização sobre a gestão cotidiana de seu trabalho e seus ganhos financeiros. E esconde ainda a estratégia das empresas-aplicativo de “dividir para conquistar”. Quando os trabalhadores relatam estar se afastando da discussão política no cenário nacional, especialmente durante o ano da eleição mais emblemática dos últimos tempos, percebe-se que o ideal neoliberal vai desmobilizando e ganhando espaço na arena

social, compondo os discursos dos trabalhadores sobre aquilo que há de mais presente no seu dia-a-dia: o trabalho que realizam.

O significado do trabalho vai sendo associado, cada vez mais, a uma responsabilidade individual, desassociada do cenário político e coletivo do país. As empresas-aplicativo asseguram seu local de parcerias e os governos são tidos como inimigos ou irrelevantes para a regulação do trabalho e para a vida dos participantes como um todo. Trechos como “... *se não fosse esses aplicativos, esses app, independente se for uber, indriver, pop, maxim, tinha muita gente desempregada, muita gente fazendo besteira no meio da rua, assaltando...*” (Participante 7, motorista) ou “*Sinceramente eu não tenho [posicionamento político]. Eu não me envolvo com política.*” (Participante 2, entregador) demonstram que na medida em que o trabalho por aplicativo é motivo de gratidão dada a configuração que assume na sociedade, a discussão política, base da democracia, vai sendo desencorajada.

O posicionamento político dos participantes desta pesquisa é marcado também pela localização geopolítica em que se formam enquanto sujeitos no mundo. O nordeste do Brasil é a região com o segundo maior colégio eleitoral do país e, para Lapa (2022), a população nordestina tem um perfil eleitoral posicionado mais à esquerda uma vez que as pautas de combate às desigualdades sociais estão mais próximas de nós e estas mesmas são defendidas por esta ideologia política. A pertença ao nordeste, neste sentido, parece ter relevância na constituição das identidades dos trabalhadores por aplicativo enquanto sujeitos políticos. Apesar de muitos entenderem que a política não deve ser discutida, ou que “não há mais salvação” e que, por isso, preferem manter o assunto longe do cotidiano de trabalho, percebe-se, que o discurso neoliberal tem sido apropriado por esta categoria no que toca aos significados de trabalho construídos por eles apenas em certa medida, tendo em vista que os participantes ainda defendem o retorno a um trabalho seguro e formalizado através da carteira assinada.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhadores por aplicativo de entrega ou de transporte de passageiros se configuram como um grupo, para o qual os significados atribuídos ao trabalho são consensuais e pouco variam. O trabalho, para este grupo, assume a característica de garantidor da sobrevivência tanto material quanto psíquica, conforme já colocava Albornoz (1986), quando se observa a busca por um cotidiano “livre”, em que haja a possibilidade de manter outras inserções sociais como o contato com a família, a continuidade de processos educacionais, entre outros, associada a um desejo de garantias legais e de segurança na relação de trabalho, expressado pela carteira assinada. O trabalho se mostra como um fenômeno vivo e contextualizado, cujo significado se atualiza a partir do cenário social do qual se fala.

No caso dos trabalhadores por aplicativo, em uma realidade laboral relativamente recente, parece haver uma distinção entre o significado de trabalho e aspectos deste significado atribuído que podem encontrar no seu cotidiano. Assim, é que se pode perceber que as práticas sociais vão contribuindo com a formação de representações sociais sobre o trabalho na mesma medida em que são orientadas por estas teorias. A maioria dos trabalhadores por aplicativo chegam a este trabalho por falta de opção, por situação de desemprego e por necessidade de garantir o sustento próprio e da família e, na medida em que entram em contato com o cotidiano laboral reconstróem suas representações de trabalho, acrescentando a elas aspectos que surgem da prática.

Em consonância com o apresentado por Abric (1994), no caso desta pesquisa, as práticas sociais, parecem exercer a função de mediar as representações sociais construídas sobre o trabalho pelos trabalhadores por aplicativo, seja entregadores ou motoristas. Uma vez que as práticas sociais podem ser compreendidas como “sistemas de ações e de comportamentos concebidos no contexto de atividades sociais dos indivíduos e grupos” (BERRI; CASTRO; CAMARGO, 2016), compreende-se que estas podem se tornar o agente

de delimitação da construção das representações e, deste modo, as representações sociais do trabalho passam a ser condicionadas pelas práticas sociais de determinados grupos.

Quando se fala sobre o significado de trabalho como possibilidade de liberdade, torna-se possível observar que a prática do trabalho por aplicativo reflete a busca por flexibilidade na jornada e que este ideal está presente no que o grupo define por trabalho. Observa-se que a prática de um trabalho precarizado e a defesa deste modo de trabalho, como feita pelos participantes, surge como uma forma de justificar a continuidade na busca pelas alternativas de trabalho possíveis. Neste sentido, os significados sobre o trabalho se constroem também como um reflexo da ancoragem que se faz deste em um ideal neoliberal de economia e política trabalhista.

O neoliberalismo enquanto política econômica produz ainda mais desigualdades e expõe os trabalhadores a situações inseguras e relações trabalhistas que se pautam na superexploração e na precarização do trabalho, alcançando, com isso, a precarização das formas de vida em sociedade como um todo. Como um exemplo de prática legitimada pelo neoliberalismo, a superexploração é uma característica prevalente nos trabalhadores por conta própria, como os entregadores e os motoristas, que cumprem jornadas de trabalho exaustivas para garantirem uma renda satisfatória para a sobrevivência. E, além de responsabilizar exclusivamente o trabalhador pelas condições nas quais exerce seu trabalho, determina a qualidade e as possibilidades de vida do trabalhador.

Na contrapartida do que é colocado por esta dinâmica, os trabalhadores encontram formas de manter o significado do trabalho como lugar de segurança social através do vínculo formalizado pela carteira assinada. A dignidade, como elemento de ancoragem do significado de trabalho, funciona também no sentido de informar da função que o trabalho tem na sociedade: se é o trabalho que dignifica o homem, importa continuar trabalhando independentemente das configurações que este trabalho adquira. A carteira assinada aparece como uma expressão da dignidade que o trabalho garante e adquire ainda o lugar de desejo dos trabalhadores que, de alguma forma, compreendem a situação de precarização a que estão

expostos e reconhecem o vínculo formal como um meio de mitigar as situações de insegurança das relações trabalhistas “pejotizadas”.

A carteira de trabalho parece, ainda, ser o meio principal de objetivação das representações sociais de trabalho, tendo em vista que há uma classe da C.H.D que concentra os conteúdos acerca deste instrumento e, nos discursos dos trabalhadores, ela aparece desde quando começam a contar suas histórias no mundo do trabalho, até quando falam sobre seus projetos de trabalho para o futuro. Parece que separar as representações sociais de trabalho do instrumento da carteira assinada é um exercício ainda em curso para trabalhadores que reconhecem a novidade de sua prática e atribuem novos significados ao trabalho que exercem.

Para os trabalhadores entrevistados, pensar o seu futuro no mundo do trabalho remonta diretamente ao retorno aos estudos. Tendo em vista que o desemprego ou o não-trabalho é percebido como algo ameaçador, a continuidade na formação aparece para servir como garantia de melhores colocações no mercado de trabalho. Esta também é uma forma de retirar do empresariado e das discussões políticas a responsabilidade que lhes cabe na garantia de emprego e renda à população e direcionar o foco das conquistas ou dos fracassos trabalhistas apenas para o trabalhador. Estratégia do neoliberalismo que se engendra nas discussões sociais e constrói as representações do trabalho, a responsabilização individual do trabalhador atua também no sentido de afastá-lo das mobilizações trabalhistas que poderiam pressionar para a garantia dos direitos básicos.

Pensar a representação social do trabalho em conjunção com a representação social da educação nos aponta caminhos para olhar o modo como se constroem as redes de articulações em torno de um objeto como, neste caso, o trabalho. Se, para falar de trabalho de alguma forma, os trabalhadores lançam mão dos significados que atribuem à educação, pode-se compreender que um objeto constrói o outro, compondo um sistema de representações sociais, junto a outros objetos ainda.

O objetivo principal desta pesquisa foi o de investigar as representações sociais mobilizadas no cotidiano laboral de trabalhadores por aplicativo de entrega e de transporte e,

para isso, partimos da compreensão da existência de um sistema de articulação de diversas representações sociais para que o trabalho adquira significado na realidade das pessoas de maneira geral. Neste sentido, utilizamos da referência da abordagem de Denise Jodelet às representações sociais para compreender o processo de construção de teorias de senso comum associadas ao trabalho por parte das pessoas e suas interlocuções com aspectos sociais e societários.

Compreendendo o ser humano como produtor de sentidos acerca de sua realidade, a utilização da entrevista semiestruturada nos diversos locais de trabalho dos participantes foi um meio possível para alcançar os objetivos desta pesquisa. Apesar de seus aspectos limitadores, a entrevista semiestruturada nos permitiu acessar e discutir as diversas representações sociais que se articulam com o trabalho: a liberdade em associação com a autonomia na gestão do trabalho, a dignidade expressada através da carteira assinada, a ascensão social proporcionada pela articulação entre a representação de trabalho e de estudo e o trabalho no lugar de ancorador da ideia de segurança material e psicológica.

Tais articulações se apresentaram nas falas dos trabalhadores participantes ao longo da entrevista quando falavam do trabalho no passado, no presente ou no futuro demonstrando que, independente da localização temporal a partir da qual se veja o trabalho, as representações sociais se relacionam com os mesmos objetos. Os trabalhadores por aplicativo realizam um trabalho relativamente novo, mas chegam a este trabalho com teorias ancoradas em significados outros que se formam a partir de uma inserção social anterior à entrada no mercado de trabalho. A maioria dos participantes desta pesquisa trazem histórias de trabalho infantil, por exemplo, e de proximidades entre as relações familiares e de trabalho, desde a infância, que podem delinear o que se entende por trabalho a partir da transmissão de teorias entre gerações. E, compreendendo que os eventos sociais que vivenciamos servem de contexto para que possamos construir teorias de senso comum relacionadas com diversos objetos, os sistemas de representações sociais têm lugar central na organização e na hierarquização de nossos pensamentos quando se parte de um objeto específico.

O trabalho, no entanto, se constitui como um objeto sobre o qual se constroem representações sociais polêmicas, tendo em vista o modo como estes conhecimentos de senso comum se ancoram em aspectos da construção da identidade social das pessoas. As representações sociais polêmicas são geradas “no decurso dos conflitos sociais” (VALA, 1997) e se ancoram nos grupos antagônicos que, numa disputa de poder, estabelecem relações com o trabalho. Assim, compreende-se que, apesar de os trabalhadores por aplicativo configurarem um grupo coeso e bem estabelecido, os significados de trabalho ainda estão em disputa na narrativa social. A luta de classes contribui para que o objeto adquira aspectos diferentes a partir do grupo social do qual se fala. Donos de empresas talvez construam teorias sobre o trabalho que apresentam relações com objetos distintos, embora possam partir dos mesmos pontos de vista. Neste sentido, importa que trabalhos futuros se concentrem em outras categorias e grupos para que se possa investigar como um fenômeno e uma prática estabelecida no cenário social se concretiza em pessoas com inserções sociais diversas das que compuseram esta pesquisa.

Nesta pesquisa, foi possível observar que as funções que as representações cumprem no cenário social nos servem de parâmetro para orientar nossas escolhas e nossas práticas e também para fortalecer e proteger nossas identidades junto aos grupos dos quais fazemos parte. De modo que compartilhamos significados acerca dos objetos para que possamos nos comunicar, as representações sociais do trabalho atuam no sentido de favorecer a coesão do grupo de trabalhadores por aplicativo e facilitar, com isso, organizações sociais por parte desta categoria. As representações sociais do trabalho ainda cumprem uma função justificadora na medida em que contribuem para que o grupo de trabalhadores por aplicativo lance mão de argumentos para preservar a diferenciação social entre eles mesmos e outros grupos de trabalhadores, como os que têm vínculos formais, por exemplo, e para justificar as práticas cotidianas que adotam em seu cotidiano de trabalho.

A utilização do sistema de propaganda como estratégia de comunicação do neoliberalismo chega aos participantes desta pesquisa como uma forma de fortalecer sua autoimagem ainda que, para isso, se faça necessário a construção de uma imagem negativa

relativa a outros grupos. Neste caso, os trabalhadores formalizados aparecem como o principal grupo a partir do qual se contrapõem. O sistema de propaganda contribui para enraizar os ideais neoliberais no cotidiano dos trabalhadores por aplicativo, de modo que estes incorporam em seus discursos e em suas práticas conceitos e concepções de tal ideologia para compor as representações sociais sobre o trabalho que orientam suas práticas.

Porém, ao contrário do que afirmam os autores quando dizem que o trabalho por aplicativo tende a levar os trabalhadores a um posicionamento político alinhado à direita ou extrema-direita, nesta pesquisa o que se encontrou, junto a maioria dos participantes, foi a ausência de um posicionamento político bem definido. Isto pode ser um reflexo do lugar que a política tem ocupado em nossas discussões sociais, especialmente ao longo dos últimos sete anos, desde o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, que tem gerado um cenário de instabilidade e desconfiança. O que se compreende, no entanto, é que mesmo a falta de posicionamento político declarado responde a um objetivo social: quanto menor a implicação das pessoas na discussão política do país, menor o potencial de organização social e a possibilidade de pressão por mudança. A regulação do trabalho, como uma das questões de interesse de diversos grupos sociais, aparece como um local de disputa de poder em que a discussão política parece não fazer parte.

Os participantes desta pesquisa foram, em sua totalidade, homens negros e com uma faixa de renda média de dois a três salários mínimos. Este não foi um recorte estabelecido previamente, mas surgiu a partir da participação dos trabalhadores entrevistados. A ocorrência de tais características na população participante corrobora com a descrição de Manzano e Krein (2020) sobre os entregadores e motoristas de aplicativos e nos orienta a olhar para uma divisão social do trabalho baseada em critérios de classe e de raça. O recorte de gênero, por sua vez, pode nos apontar novas direções de pesquisa. Pensando que a socialização das pessoas também acontece a partir do gênero, importa investigar como se dá a construção dos significados de trabalho por parte de mulheres motoristas e/ou entregadoras, para discutir como as pertencas de gênero afetam e são afetadas pelos significados atribuídos ao trabalho.

A utilização do referencial da Teoria das Representações Sociais para investigar os significados do trabalho se deu também no sentido de compreender as relações que se estabelecem entre as pessoas em seus grupos e entre as pessoas e suas práticas sociais. A partir da compreensão da dinamicidade do cenário social e das transformações que as teorias de senso comum podem trazer para as constituições dos grupos. Esta dinamicidade, própria da construção das representações sociais, se configura complexa e, portanto, difícil de ser acessada em sua completude. Assim, reconhece-se que esta pesquisa é, por natureza, incompleta. Se faz necessário olhar por outros ângulos, pensar em questões complementares, questionar e seguir questionando o lugar que o trabalho ocupa na constituição de nossas identidades sociais.

Os resultados desta pesquisa trouxeram indicações para que se possa olhar as articulações de representações sociais de objetos diversos que se relacionam com as representações sociais relativas ao trabalho. As representações sociais da educação, de segurança e de liberdade, por exemplo, ajudam os trabalhadores a categorizar o que é trabalho e, neste sentido, as redes vão se construindo para dar sentido a uma realidade inteira. Entretanto, esta pesquisa não deu conta de aprofundar as formas, as lógicas e as funções sociais desses sistemas. De modo que, para a compreensão dos sistemas de representações sociais importa que se faça “um verdadeiro mergulho nas relações sociais e nas variações contextuais” (MORAIS, 2013), observa-se que estamos ainda na superfície. Apontamos, neste sentido, para que se aprofundem as pesquisas que busquem entender e explicar a hierarquia que se faz entre as representações sociais de objetos diversos em relação com o trabalho, com o objetivo de identificar os possíveis locais de transformações das representações sociais de acordo com o contexto de trabalho em um cenário neoliberal.

Da mesma forma, observamos ao longo do desenvolvimento da pesquisa que é preciso diversificar as formas de acessar os conhecimentos de senso comum construídos pelos trabalhadores. A forma de entrevista narrativa se configura, neste sentido, como uma pista para que o conhecimento seja acessado de outras formas e que, com isso, se possa compreender o lugar do trabalho no desenvolvimento das pessoas, bem como o contexto em

que se constroem os sistemas de representações sociais dos quais falamos. Para que a entrevista narrativa seja proveitosa, no entanto, é preciso que se pense no desenho da pesquisa como um todo: local de entrevista, forma de acesso aos participantes e, mais importante, o questionamento disparador da narrativa. Como nos disse a professora Sônia Gondim, “ousar” em nossas formas de acesso ao conteúdo pode nos trazer resultados ricos e que fortaleçam as discussões do tema que se busca. Tendo em vista que o arcabouço teórico da Teoria das Representações Sociais nos permite descobrir novas metodologias de coleta de dados, é possível que os resultados obtidos nos direcionem o olhar a aspectos outros que, por vezes, são silenciados em métodos comuns.

Esta pesquisa trouxe, por sua vez, contribuições para o início de uma discussão. O trabalho por aplicativo tem contribuído para modificar as relações que se estabelecem com o trabalho a partir do desejo dos trabalhadores e das possibilidades da organização social. A busca por um trabalho livre e flexível, conforme encontrada nos resultados, nos orienta a olhar para as configurações de trabalho que pensamos ser saudáveis e nos ajuda a colocar o trabalho como apenas uma parte da vida das pessoas. Os trabalhadores por aplicativo parecem reconhecer que o trabalho não é o todo de uma vida adulta, ainda que dediquem boa parte de seus dias para o exercício deste trabalho. Eles nos ajudam a organizar uma resistência aos mecanismos ideológicos de um trabalho que tenta capturar nossas identidades na medida em que delimitam o espaço que o trabalho ocupa em seus cotidianos e que se empoderam reconhecendo-se enquanto “chefes de si mesmos”. Se este é um ideal neoliberal que é “vendido” aos trabalhadores, é também utilizado pelos próprios trabalhadores para se tornarem protagonistas de suas escolhas e histórias.

A apropriação e ressignificação da ideologia neoliberal é também um caminho para se seguir a partir desta pesquisa. Trabalhos que se apoiem na Abordagem Societal das Representações Sociais, conforme proposta por Willem Doise, podem se ocupar de investigar e compreender como a lógica neoliberal se concretiza nas práticas dos indivíduos e nas organizações grupais do Brasil. De modo a discutir o campo comum das representações, os consensos e os dissensos sobre o trabalho, a articulação entre os níveis de análise podem

contribuir com uma discussão que caminhe ao aprofundamento proposto pelos dados iniciais desta pesquisa. Nos dando a entender, desta forma, o que nos fala o trabalho acerca de nossa organização social.

Esta pesquisa nasce da curiosidade e não se finaliza, uma vez que seus resultados trazem ainda mais curiosidades. O incômodo que deu origem aos questionamentos que se buscou responder aqui é permanente e não se finda com os resultados alcançados mas, pelo contrário, se direciona e, na mesma medida, se abranda quando se percebe que temos nos organizado e resistido. Que somos ou temos tentado ser protagonistas das nossas relações trabalhistas uma vez que, acima de tudo, estas relações orientam nossas inserções e nossas pertenças. Se olhamos para formas relativamente novas de exercer um trabalho cada dia mais precarizado, como o trabalho por aplicativo, olhamos também para os limites do que é considerado trabalho ou não. Olhamos para as possibilidades dirigidas aos que podem e aos que não podem sonhar. Olhamos para o que queremos alcançar a partir do trabalho e lutamos para construir uma sociedade que caiba em nossos desejos. Trabalhar é sobre nós, sobretudo.

## REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L. C. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, v. 18, n. 3, p. 1-11, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/psicop/v18n3/0718-6924-psicop-18-03-41.pdf>
- ABRIC, J. C. Pratiques sociales, représentations sociales IN: Abric, J. C. (org) **Pratiques sociales et représentations**. PUF: Paris, 1994.
- ACCARINI, A. MUNIZ, M. **Motoristas e entregadores de apps se organizam em sindicatos para lutar por direitos. 2022**. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/motoristas-e-entregadores-de-apps-se-organizam-em-sindicatos-para-lutar-por-dire-3bbd> Acesso em 16/02/2023.
- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho?** Coleção Primeiros Passos. 1986.
- ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. **Temas em Psicologia**, v. 8, n. 3, p. 257-267. 2000.
- ALMEIDA, A. M. O. A pesquisa em Representações Sociais: proposições teórico-metodológicas. In: SANTOS, M. F., & ALMEIDA, L. M. (orgs). **Diálogos com a Teoria da Representação Social**. Pernambuco: Editora Universitária da UFPE, 2005.
- ALMEIDA, A. M. O. Abordagem Societal das Representações Sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 713-737, 2009.
- ALVES, A. C.; BAGNO, L. I. M.; GONÇALVES, N. W. da S. Fim do equilíbrio no sistema de regulação das relações capital-trabalho no Brasil: reflexos para o trabalhador e resistências possíveis. **Revista Direito das Relações Sociais e Trabalhistas**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 215-245. 2020.
- AMORIM, F.; MORALES, R.; PITOL, P.; MACHADO, V. Breque dos apps: entenda as reivindicações dos entregadores. **Revista Digital Laboratório da Faculdade Cásper Líbero**.

2020 Disponível em:  
<https://revistaesquinas.casperlibero.edu.br/cotidiano/o-que-e-invisivel/breque-dos-apps-entenda-as-reivindicacoes-dos-entregadores/> Acesso em 16/02/2023

AMORIM, H.; MODA, F. B. Trabalho por aplicativo: gerenciamento algorítmico e condições de trabalho dos motoristas da Uber. **Revista Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 22, n. 1, p. 59-71. 2020. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/profile/Felipe-Moda/publication/341921980\\_Trabalho\\_por\\_aplicativo\\_gerenciação\\_algoritmico\\_e\\_condicoes\\_de\\_trabalho\\_dos\\_motoristas\\_da\\_Uber/links/5fdb8a4c92851c13fe9380c4/Trabalho-por-aplicativo-gerenciação-algoritmico-e-condicoes-de-trabalho-dos-motoristas-da-Uber.pdf?\\_sg%5B0%5D=started\\_experiment\\_milestone&origin=journalDetail&\\_rtd=e30%3D](https://www.researchgate.net/profile/Felipe-Moda/publication/341921980_Trabalho_por_aplicativo_gerenciação_algoritmico_e_condicoes_de_trabalho_dos_motoristas_da_Uber/links/5fdb8a4c92851c13fe9380c4/Trabalho-por-aplicativo-gerenciação-algoritmico-e-condicoes-de-trabalho-dos-motoristas-da-Uber.pdf?_sg%5B0%5D=started_experiment_milestone&origin=journalDetail&_rtd=e30%3D)

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo. 2018.

ANTUNES, R. Qual é o futuro do trabalho na Era Digital? **Laborare**. v. 3, n. 4, pp. 6-14, 2020.

ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. IN: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.) **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez Editora. 2021.

AQUINO, J. V. M. A.; PILATE, F. D. Q.; FÉLIX, Y. S. Uberização do trabalho e os riscos à saúde dos entregadores por aplicativo frente a pandemia da COVID-19. **Revista Direitos, trabalho e política social**, v. 6, n. 11, p. 46-69, 2020.

BANCHS, M. A. Alternativas de apropiación teórica: abordaje procesual y estructural de las representaciones sociales. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 1, n.2. pp. 39-60. 2004.

BENDASSOLLI, P. F.; GONDIM, S. M. G. Significados, sentidos e função psicológica do trabalho: Discutindo essa tríade conceitual e seus desafios metodológicos. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v. 32, n.1, p. 131-147. doi: dx.doi.org/10.12804/apl32.1.2014.09

BENDASSOLLI, P. F. **Trabalho e identidade em tempos sombrios: insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho**. Aparecida: Ideias e Letras. 2007.

BERRI, B.; CASTRO, A.; CAMARGO, B. V. Representações sociais relacionadas às práticas de rejuvenescimento. **Psicologia em Pesquisa**. v. 10, n. 2, p. 21-30. 2016. DOI: 10.24879/201600100020056 Acesso em 13/03/2023.

BERTONI, L. M.; GALINKIN, A. L. Teoria e métodos em representações sociais. In: MORORÓ, L. P.; COUTO, M. E. S.; ASSIS, R. A. M., orgs. **Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias**. Ilhéus, BA: EDITUS, pp. 101-122. 2017.

BICALHO, T. E. F. et. al. Mulher e identidade profissional: processos educativos, relações sociais de sexo e o mundo do trabalho. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 21,. 2021.

BONOMO, M. **Identidade social e representações sociais de rural e cidade em um contexto rural comunitário: campo de antinomias**. Tese [doutorado em Psicologia]. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2010.

BRANDÃO, C. A. Crise e rodadas de neoliberalização: impactos nos espaços metropolitanos e no mundo do trabalho no Brasil. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 19, n. 38, pp. 45-69, 2017.

BRANDÃO, C. T.; BENEVIDES, A. S.; CAMPOS, P. H. F. Sistemas de Representações Sociais: contribuições para a pesquisa em educação. **Revista Teias**, v. 21, p. 167-182, 2020.

BRANDÃO, T.; SARAIVA, L.; MATOS, P. M. O prolongamento da transição para a idade adulta e o conceito de adultez emergente: Especificidades do contexto português e brasileiro. **Análise Psicológica**, n. 3, pp. 301-313. 2012.

BRASIL. **Lei 13.467 de 13 de julho de 2017**: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho. 2017.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. 1943.

BRUNO, F. **Tecnopolítica, racionalidade algorítmica e mundo como laboratório: entrevista com Fernanda Bruno**. 2019. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/594012-tecnopolitica-racionalidade-algoritmica-e-mundo-como-laboratorio-entrevista-com-fernanda-bruno> Acesso em 15/02/2023.

CABECINHAS, Rosa. Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p. 125-137, 2004.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ**. Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – LACCOS. Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. 2013.

CARVALHO, F. F. B.; FREITAS, D. D.; AKERMAN, M. O “novo normal” na atividade física e saúde: pandemias e uberização? **Movimento**, Porto Alegre, v. 27, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/105524>

CASTILHO, R. O trabalho via aplicativo. **Trabalho e Saúde Mental**. v. 9, n. 8. p. 139-153, 2020.

CASTRO, M. F. A pandemia e os entregadores por aplicativo: algumas considerações sobre a precarização do trabalho. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 20, p. 70-80, 2021.

COMAS-NAZARIO, A. R. Crise no mundo do trabalho. **Psicol. Am. Lat. [online]**, n. 35, p. 1-14, 2021. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-350X2021000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2021000100002&lng=pt&nrm=iso)

COSTA, A. P. **Análise do trabalho e subjetividade de motoristas de aplicativo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba. 2019.

COSTA, C. **Uber completa 5 anos de Brasil com 2,6 bilhões de viagens realizadas**. Disponível em:

<https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/uber-completa-5-anos-de-brasil-com-26-bilhoes-de-viagens-realizadas/> Acesso em 27/08/2021.

DELGADO, G. N.; CARVALHO, B. V. Breque dos apps: direito de resistência na era digital. **Le Monde Brasil**. 2020. Disponível em: [https://www.sinait.org.br/arquivos/artigos/Artigo\\_278.pdf](https://www.sinait.org.br/arquivos/artigos/Artigo_278.pdf) Acesso em 16/02/2023

DOISE, W. Da Psicologia Social à Psicologia Societal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 18, n. 1, pp. 27-35. 2002.

DUTRA, R. Q.; COUTINHO, R. L. Aceleração social, uberização e pandemia: quem precisa do direito do trabalho? **Revista Direito**. UnB, v. 4, n. 2, p. 198-223. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb/article/view/32353/27449>

ENRIQUEZ, E. O trabalho, essência do homem? O que é o trabalho? **Cad. Psicol. Soc. Trab.**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 163-176, 2014.

FÉLIX, L. B. et. al. O conceito de Sistemas de Representações Sociais na produção nacional e internacional: uma pesquisa bibliográfica. **Psicologia e Saber Social**, v. 5, n. 2, p. 198-217, 2016.

FERREIRA, A. V. As relações metodológicas entre a abordagem societal da Teoria das Representações Sociais, em Willem Doise, e a da identidade profissional e social, em Claude Dubar, dos educadores sociais. **XI Congresso Nacional de Educação**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2013

FIALHO, J. A construção da identidade social e profissional através da ação das redes de sociabilidade laboral. **Revista Argumentos**, v. 14, n. 1, p. 136-162, 2017.

FILGUEIRAS, V.; ANTUNES, R. Plataformas Digitais, Uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. IN: ANTUNES, R. (org.) **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. Boitempo: São Paulo. 2020.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso Editora. 2013.

FRANZ, E. C.; FRANZ, M. V.; BARCELLOS, O. O trabalho dignifica o homem? **Anais da Semana Acadêmica FADISMA Entrementes**. Ed. 1. 2014

FRIGOTTO, G. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **PERSPECTIVA**. Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87. 2001.

GASKELL, G. (orgs.) **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes. 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas. 2002

GONDIM, S. M. G. et al. Imigração e Trabalho: Um Estudo Sobre Identidade Social, Emoções e Discriminação Contra Estrangeiros. **Psicol. pesq.** v. 7, n. 2, pp. 151-163, 2013. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1982](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982).

GRAHAM, M.; ANWAR, M. A. Trabalho Digital. IN: ANTUNES, R. (org.) **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. Boitempo: São Paulo. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Painel de Indicadores – Desemprego**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores#desemprego>

JODELET, D. **Les représentations sociales**. Paris: PUF, p. 31-61. 1989.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevistas narrativas. IN: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (orgs.) **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes. 2008.

KREIN, J. D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva Consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social**, v. 30, n. 1, pp. 77-104. 2018.

LAPA, P. “A gente tem um eleitorado com perfil de esquerda no Nordeste”, afirma cientista política. **Brasil de Fato**. 01/08/2022. Acesso em 15/03/2023. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2022/08/01/a-gente-tem-um-eleitorado-com-perfil-de-esquerda-no-nordeste-afirma-cientista-politica>

LAPA, R. S. **O trabalho em plataformas digitais e a pandemia de COVID 19: análise dos dados da PNAD COVID 19/IBGE**. Brasília, IPEA, Mercado de Trabalho, 2021. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10658> Acesso em 30/09/2021.

LAZZARESCHI, N. Trabalho ou emprego? IN: **Sociologia do Trabalho**. Curitiba: IESDE, 2009.

LOPES, C. A. **Qualidade de Vida no Trabalho em atividades de serviços de transporte por aplicativos: um estudo de caso na empresa Uber**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Economia). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal de Ouro Preto. 2017.

LEITE, K. C. Trabalho precário: precariado, vidas precárias e processos de resistências. **Revista de Ciências Sociais**, n, 51, p. 108-125. 2019.

MACIEL, A. S. A importância do reconhecimento no mundo do trabalho da pessoa com deficiência para a (re)construção da identidade social a partir de Axel Honneth. **Rev. do Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho**, v. 6, n. 1, pp. 75-95, 2020.

MAIA, A. A. R. M; MANCEBO, D. Juventude, Trabalho e Projetos de Vida: Ninguém pode ficar parado. **Psicologia, Ciência e Profissão**, 30 (2), 376- 389. 2010.

MANZANO, M.; KREIN, A. A pandemia e o trabalho de motoristas e de entregadores por aplicativo no Brasil. **REMIR Trabalho**. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/remir/index.php/condicoes-de-trabalho/186-a-pandemia-e-o-trabalho-de-motoristas-e-de-entregadores-por-aplicativos-no-brasil> Acesso em 27/03/2023.

MARTINS-SILVA, P. O.; SOUZA, E. M.; SILVA JÚNIOR, A.; NASCIMENTO, D. B.; BALBI NETO, R. R. Q. Adolescentes e homossexualidade: representações sociais e identidade social. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , v. 42, n. 146, p. 474-493, 2012. Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742012000200009&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742012000200009&lng=pt&nrm=iso)>

MAZZOTTI, A. J. A. A abordagem estrutural das representações sociais. **Psic. da Ed.**, São Paulo, p. 17-37. 2002.

MORAES, R. B. S.; OLIVEIRA, M. A. G; ACCORSI, A. Uberização do trabalho: a percepção dos motoristas de transporte particular por aplicativo. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 6, n. 3, p. 647- 681, 2019. DOI: 10.21583/2447-4851.rbeo.2019.v6n3.216.

MORAIS, E. C. R. **Saúde e Tratamento Hemodialítico: Representações Sociais em um Serviço de Terapia Renal Substitutiva**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2013.

MORAIS, E. C. R. **CONFLITOS BIOÉTICOS NA DEMARCAÇÃO DOS LIMITES DA VIDA: um estudo sobre representações sociais de eutanásia e aborto**. Tese (Doutorado em Psicologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2018.

MOREIRA, A. H. A identidade social do idoso e as relações de trabalho: a realidade por trás das salvaguardas legais. **Revista Kairós Gerontologia**, v. 15, n. 2, pp. 91-107. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/13108/9637>.

MOREIRA, A. L. M. Estudo de Direito Comparado do Trabalho: análise crítica da uberização do trabalho nos Estados Unidos, França e Brasil. IN: LIMA, F. G. M. (org.). **Direito Comparado do Trabalho no mundo globalizado**. Fortaleza: Excola Social. 2020.

MORIN, E. Os sentidos do trabalho. **Rev. Administração de Empresas**, v. 41, n 3, pp. 8-19. 2001.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: Investigações em psicologia social**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOTA, A. E. Superexploração: uma categoria explicativa do trabalho precário. **Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior**. p. 79-90, 2013. Disponível em: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n02/docs/ubimuseum02/ubimuseum02.ana-elizabete-mota.pdf>

NOGUEIRA, K.; DI GRILLO, M. Teoria das Representações Sociais: história, processos e abordagens. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, 2020.

OLIVEIRA, D. M. **Da solidão das traves à rede do aplicativo de aluguel: representações sociais de goleiro em meio à uberização da pelada de futebol**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Ciências do Movimento Humano. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2022.

OLIVEIRA, F. M. U. Saúde do trabalhador e o aprofundamento da uberização do trabalho em tempos de pandemia. **Rev Bras Saude Ocup**, v. 45, 2020.

OLIVEIRA, G. S.; PACHECO, Z. M. L.; SALIMENA, A. M. O.; RAMOS, C. M.; PARAÍSO, A. F. Método bola de neve em pesquisa qualitativa com travestis e mulheres transexuais. **Saúde Coletiva**, v. 11, n. 68, p. 7565-7568, 2021.

OLIVEIRA, M. C. S; CARELLI, R. L.; GRILLO, S. Conceito e crítica das plataformas digitais de trabalho. **Revista Direito e Práxis**, v. 11,n. 4, p. 2609-2634, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

PARREIRA, P.; MÓNICO, L.; OLIVEIRA, D.; CAVALEIRO, J. GRAVETO, J. A Abordagem Estrutural das Representações Sociais. **PoliEntrepreneurship Innovation Network**, p. 55-68. Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/10578/1/A%20Abordagem%20Estrutural%20das%20Representa%C3%A7%C3%B5es.pdf>

PIALARISSI, R. Precarização do trabalho. **Rev. Adm. Saúde** v. 17, n. 2017

PINHEIRO-MACHADO, R. **Uberminion: como precarização do trabalho recruta membros à extrema direita**. 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/colunas/2022/11/17/uberminion-qual-a-relacao-entre-extrem-a-direita-e-precariizacao-do-trabalho.htm> Acesso em 15/02/2023.

POCHMANN, M. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 1, p.89-99, 2020.

**Quem Somos?** IFOOD, 2021. Disponível em: <https://institucional.ifood.com.br/ifood/> Acesso em 27/08/2021.

REIS, D. P. **O papel da identidade social na efetividade das equipes de trabalho**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações. Universidade de Brasília. 2015.

RODRIGUES, A. A. G.; ALBARELLO, B. A. Breves considerações sobre a realidade de motoristas de aplicativos. **Anais do congresso de políticas públicas e desenvolvimento social da Faculdade Processus**, Ano I, v. 1, n. 1, 2019.

ROLDÃO, J. M. L. **As representações sociais sobre trabalho de trabalhadoras da limpeza de empresa terceirizada em universidade pública**. Monografia. Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Paulo. 2022.

ROVIDA, M. F. Trabalho e Identidade Social - implicações nas pesquisas em comunicação. **Revista Alterjor**, ano 7, v. 1, n. 13, p. 183-200, 2016.

SÁ, C. P. **A construção do objeto de pesquisa em representação social**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SANTOS, M. F. S. A Teoria das Representações Sociais. In: SANTOS, M. F. S; ALMEIDA, L. M. **Diálogos com a Teoria das Representações Sociais**. Pernambuco: Editora Universitária. 2005.

SANTOS, M. F. S.; ALÉSSIO, R. L. S. O papel da ancoragem na constituição de sistemas de representações: a saúde mental infantil como ilustração. IN:VALENTIM, J. P. (coord.) **Representações Sociais – Para Conhecer o Senso Comum**. 1ª ed. Lisboa: Edições Sílabo. 2022.

SANTOS, M. F. S. A Teoria das Representações Sociais no Brasil. História e evolução. In: NASCIMENTO, A. R. A.; GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F.; ROCHA, M. I. A. (Orgs.). **Representações sociais: campos, vertentes e fronteiras**. 1ed. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, v. 1, p. 31-56, 2021.

SANTOS, M. F. S.; ALÉSSIO, R. L. S.; SILVA, J. M. M. N. Os adolescentes e a violência na imprensa. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Vol. 25 n. 3, pp. 447-452. 2009.

SANTOS, M. F. S.; FÉLIX, L. B.; MORAIS, E. R. C. Representações Sociais de Juventude em uma Comunidade Quilombola do Agreste Pernambucano. **Psico**, v. 43, n. 4, p. 524-532, 2012.

SASTRE, C.; OLTRAMARI, A. P.; VACLAVIK, M. Entre a Realidade de Múltiplos Vínculos e a Segurança da Carteira de Trabalho Assinada: Histórias de Vida de Profissionais da Enfermagem no Contexto de Flexibilização da Legislação Trabalhista. **EnANPAD**, São Paulo. 2019. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/348559669\\_EnANPAD\\_2019\\_Entre\\_a\\_Realidade\\_d\\_e\\_Multiplos\\_Vinculos\\_e\\_a\\_Seguranca\\_da\\_Carteira\\_de\\_Trabalho\\_Assinada\\_Historias\\_de\\_Vida\\_de\\_Profissionais\\_da\\_Enfermagem\\_no\\_Contexto\\_de\\_Flexibilizacao\\_da\\_Legislacao\\_Trabalhista](https://www.researchgate.net/publication/348559669_EnANPAD_2019_Entre_a_Realidade_d_e_Multiplos_Vinculos_e_a_Seguranca_da_Carteira_de_Trabalho_Assinada_Historias_de_Vida_de_Profissionais_da_Enfermagem_no_Contexto_de_Flexibilizacao_da_Legislacao_Trabalhista)

SATO, L.; COUTINHO, M. C.; BERNARDO, M. H. A perspectiva da Psicologia Social do Trabalho. IN: COUTINHO, M. C.; BERNARDO, M. H.; SATO, L. (orgs.). **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis: Vozes. 2017.

SCHNEIDER, K. M. De carteira assinada: a trabalhadora gaúcha e a implantação da legislação trabalhista. **História em Revista**. Pelotas, v. 19, p. 172-186, 2013.

SILVA, C. P.; ALBUQUERQUE, F. D. N.; LOPES, B. J. Representações sociais do desemprego, saúde mental e pandemia da covid-19 em uma pequena amostra brasileira. **Brazilian Journal of Health Review**. v.4, n.2, p. 7249-7262. 2021.

SILVA, J. A. S.; SANTOS, D. A.; CHAVES, A. M.; ASSUNÇÃO E. T. Administração e relações de trabalho na contemporaneidade: uma tendência denominada uberização. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 19, n. 33, p. 26-42, 2022. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/10423>

SILVA, M. F. B.; RAVNJAK, L. L. S. Pejotização e precarização da relação de emprego. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, v. 4, p. 756-767, 2020.

SOUSA, Y. S. O. et al . O uso do software Iramuteq na análise de dados de entrevistas. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 15, n. 2, p. 1-19, jun. 2020.

SUDA, F. T.; MOTA, I. O. A uberização do trabalho e o sujeito uberizado em textos humorísticos: uma análise discursivo-sociológica. **Artefactum – Revista De Estudos Em Linguagem e Tecnologia**, ano XV, n. 1, 2022.

TOKARNIA, M. **Ipea: Brasil tem 1,5 milhão de motoristas e entregadores de produtos.** Agência Brasil. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-05/ipea-brasil-tem-15-milhao-de-motoristas-e-entregadores-de-produtos> Acesso em 16/02/2023.

TOMÉ, A. M.; FORMIGA, N. S. Abordagens teóricas e o uso da Análise de Conteúdo como instrumento metodológico em Representações Sociais. **Rev. Psicol Saúde e Debate**, v. 6, n. 2, p. 97-117, 2020.

TORRES, A. R.; CAMINO, L. **Grupo social, relações intergrupais e identidade social.** In: **Psicologia Social: temas e teorias**. 2. ed. [s.l.] Technopolitik, p. 515–539. 2013.

TUMOLO, L. M. S.; TUMOLO, P. S.. A vivência do desemprego: um estudo crítico do significado do desemprego no capitalismo. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 2, n. Trab. educ. saúde, 2004 2(2), p. 327–344, 2004.

TRINDADE, Z. A.; SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, A. M. O. Ancoragens: notas sobre consensos e dissensos. IN: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik. 2ª ed. 2014.

VALA, J. Representações sociais e percepções intergrupais. **Análise social**. v. 32, n. 140, pp. 7-29, 1997.

VALA, J.; CASTRO, P. Pensamento social e representações sociais. IN: VALA, J.; MONTEIRO, M. B (coords.). **Psicologia Social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian. 2013.

WACHELKE, J. F. R. O vácuo no contexto das representações sociais: uma hipótese explicativa para a representação social da loucura. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 10, n. 2, 2005.